



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA MESTRADO EM PSICOLOGIA

Mateus Rodrigues de Oliveira

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Florianópolis
2024

Mateus Rodrigues de Oliveira

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Cultura.

Orientador(a): Prof Dr^a Andréia Isabel Giacomozzi

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática da biblioteca universitária da UFSC.

Rodrigues de Oliveira, Mateus

Representações sociais sobre política para pessoas em
situação de rua /Mateus Rodrigues de Oliveira ;
orientadora, Andreia Isabel Giacomozzi, 2024.

84 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. representações sociais. 3. política.
4. pessoas em situação de rua. I. Giacomozzi, Andreia
Isabel . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Mateus Rodrigues de Oliveira

Título: Representações Sociais sobre política para pessoas em situação de rua

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 20/06/2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Andréia Isabel Giacomozzi, Dr.(a)

UFSC

Prof.(a) Tatiane de Lucena Torres Dr.(a)

UFPB

Prof.(a) Andrea Barbara da Silva Bousfield, Dr.(a)

UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social área de concentração Psicologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Andréia Isabel Giacomozzi Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a possibilidade de aprender dentro de uma das melhores Universidades do Brasil a Universidade Federal de Santa Catarina sobre a orientação impecável da Andréia, que me ensinou muito sobre pesquisa, trabalhar com eficiência, seriedade e leveza. Também destaco o ambiente do espaço que a Universidade oferece com várias disciplinas de muita qualidade com os inúmeros professores excelentes do Programa de Pós-Graduação da UFSC, proporcionando a tão sonhada acessibilidade no espaço da academia. Agradeço também aos colegas de laboratório, que sempre ofereceram um espaço seguro de trocas, de aprendizado e de acolhimento. Agradeço ao meu amigo e professor Adriano Schlösser, que me orientou sobre os passos de como conhecer o laboratório do LACCOS e o caminho para chegar ao mestrado durante a graduação em Psicologia. A minha companheira Ana Claudia, que incansavelmente esteve ao meu lado nessas idas e vindas de Florianópolis até o meio Oeste Catarinense diante de 800km semanais, me incentivando a não recuar do meu sonho, mesmo nos dias mais difíceis. Ao meu primo e irmão Francesco que me acolhia em seu apartamento próximo a UFSC nas noites que precisava dormir em Florianópolis para as aulas, pesquisa e orientação. À todos que tornaram essa realização concreta, a equipe da Passarela da Cidadania “Nego Quiridu” em Florianópolis local da coleta de dados dos participantes, ou seja as pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa e tornaram esse momento possível.

“Não há felicidade com fome, não há elevação espiritual com opressão, não há justiça divina com desigualdade social, não há paz sem guerra pela justiça social, não há verdade sem combater a mentira institucionalizada, não há igualdade sem combater a violência social e política”
(Euzébio Filho, 2023)

RESUMO

A política não é algo recente, muito pelo contrário é pensada há muito tempo, assim sendo, o que é importante destacar, é que para cada grupo social os significados desse fenômeno são construídos de forma diferente. Deste modo, como qualquer outro grupo, os grupos em exposição extrema ou vulnerabilidade social, como as pessoas em situação de rua, também produzem conhecimento ligado a diversos conteúdos, e dessa forma, não seria diferente no contexto do conceito e práticas peculiares da política. A partir disso, esta pesquisa dedicou-se em estudar o fenômeno da política à luz da Teoria das Representações Sociais, compreendido como um estudo de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, a fim de investigar as representações sociais sobre política para pessoas em situação de rua. Para tanto, participaram 18 pessoas da cidade de Florianópolis e os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada e questionário sociodemográfico, as entrevistas foram transcritas na íntegra, sendo posteriormente realizada análise temático-categorial, por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, dando origem a 4 macro categorias sendo elas: representações sociais sobre política, vivências políticas, posicionamento político e futuro da política. Os resultados encontrados manifestam múltiplas facetas do fenômeno da política para os participantes, os quais estão expressos nos discursos das pessoas em situação de rua, e de tal forma internalizados e que não são reflexivos sobre sua construção social. Destaque importante para pesquisa da qual se desenvolve como espaço de voz ativa enquanto cidadão para as pessoas em situação de rua, na forma de buscar conhecer seu posicionamento político e suas representações sociais sobre política. Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de outras formas de identificar manifestações dos conteúdos da política, bem como em outros contextos e grupos específicos.

Palavras-chave: Representações Sociais; Política; Pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

Politics is not something recent, quite the contrary, it has been thought about for a long time, therefore, what is important to highlight is that for each social group the meanings of this phenomenon are constructed differently. In this way, like any other group, groups in extreme exposure or social vulnerability, such as homeless people, also produce knowledge linked to different contents, and in this way, it would be no different in the context of the concept and peculiar practices of politics. From this, this research was dedicated to studying the phenomenon of politics in light of the Theory of Social Representations, understood as a study of a qualitative, descriptive and exploratory nature, in order to investigate the social representations of politics for people living on the streets. To this end, 18 people from the city of Florianópolis participated and data were collected through semi-structured interviews and a sociodemographic questionnaire, the interviews were transcribed in full, and thematic-categorical analysis was subsequently carried out using Bardin's content analysis technique, giving rise to 4 macro categories: social representations about politics, political experiences, political positioning and future of politics. The results found manifest multiple facets of the political phenomenon for the participants, which are expressed in the speeches of people living on the streets, and are internalized in such a way that they are not reflective of their social construction. An important highlight for research that develops as a space for active voice as a citizen for people living on the streets, in the form of seeking to understand their political positioning and their social representations about politics. Given the importance of the subject, it is necessary to develop other ways of identifying manifestations of policy content, as well as in other contexts and specific groups.

Keywords: Social Representations; Policy; People living on the streets.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i>
CFP	Conselho Federal de Psicologia
DP	Desvio Padrão
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Instituto Comunitário de Florianópolis
LACCOS	Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição
MNPR	Movimento Nacional de População de rua
OBPopRUA	Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua
PSR	Pessoa em Situação de Rua
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Representações Sociais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRS	Teoria das Representações Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	20
2.1 OBJETIVO GERAL	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	21
3.2 POLÍTICA	23
3.3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	26
4 MÉTODO	31
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	31
4.2 PARTICIPANTES	32
4.3 INSTRUMENTOS	32
4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	32
4.5 ANÁLISE DE DADOS	33
4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	34
5 RESULTADOS	34
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	34
5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A POLÍTICA	38
6 DISCUSSÃO	50
6.1 DISCUSSÃO DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	50
6.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	55
6.3 POSICIONAMENTO POLÍTICO	59

6.4	COMPARAÇÃO DO POSICIONAMENTO POLÍTICO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	62
7	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	78
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	79
	APÊNDICE C – TCLE.....	80

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa fez parte do contexto de um grupo de investigações que vêm sendo realizadas no Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - LACCOS, referente à linha de pesquisa de Representações Sociais (RS) de riscos sociais, ambientais e de saúde, que desenvolve estudos sobre teorias cotidianas e suas implicações para as práticas sociais relativas aos referidos temas. O risco ambiental diz respeito tanto à degradação quanto à sustentabilidade dos recursos ambientais e também à prevenção de desastres ambientais. O risco social está relacionado ao fenômeno da violência social, nas formas de violência doméstica e urbana. O risco à saúde está associado principalmente a doenças crônicas como diabetes, hipertensão, AIDS e outras. Desta forma, o problema principal desta pesquisa foi compreender o papel do conhecimento compartilhado em situações de risco na perspectiva da Teoria da Representação Social (TRS) de Serge Moscovici.

Portanto, esta pesquisa se articula com outras pesquisas sobre Representações Sociais das pessoas em situação de rua já realizadas pela equipe, que inclui RS das pessoas em situação de rua (Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro, 2020), atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua (Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro, 2020) dentre outras pesquisas feitas sobre a temática da polarização política no país (Giacomozzi et al 2022; Giacomozzi et al 2022b).

Assim, o impulso pela temática proposta faz intersecção com fenômenos já estudados pela orientadora referente às pessoas em situação de rua e agora fazendo elo com o tema da política. Em consonância com o interesse do pesquisador em investigar sobre a população citada para posterior possíveis elaborações de novas políticas públicas e a efetiva garantia de direitos, bem como, fortalecer a participação e paridade na política construídas por grupos distintos.

1 INTRODUÇÃO

Na realidade contemporânea é possível encontrar a presença significativa de pessoas que ocupam as ruas das metrópoles e demais cidades como moradias provisórias. Essas pessoas são caracterizadas como um grupo populacional diversificado que compartilha características como pobreza extrema, laços familiares interrompidos ou frágeis, ausência de moradia regular convencional, e que utiliza espaços públicos e áreas degradadas como moradia e meio de subsistência, de maneira temporária ou permanente, além de recorrer a unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2011).

Em uma Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 cidades do país (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes), foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos (Brasil, 2009). No entanto, esses números já foram atualizados em 2023 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG) em abril 2023 destacando que são mais de 209.527 pessoas nessa situação.

Na primeira pesquisa e mapeamento foi possível traçar o perfil dessa população naquela época: predominam pessoas do sexo masculino (82%), a maioria com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram pardas (39,1%); 74% sabem ler e escrever; 70,9% exercem alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável e flanelinha; 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se encontram, mas 38,9% não mantêm contato com seus parentes; 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social e 24,8% não possuem nenhum documento de identificação (Brasil, 2009).

Mesmo 95,5% dessa população não fazendo parte de nenhum movimento social é importante lembrar a existência do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), nascido em 2004. O MNPR iniciou em São Paulo após significativas violências ocorridas com as pessoas em situação de rua na Praça da Sé, reconhecido nacional e internacionalmente como o “Massacre da Praça da Sé”, o qual levou alguns sujeitos à morte. Desse modo, o lema “nada de nós, sem nós” faz parte dos discursos e posicionamento como forma de reivindicar seu lugar de fala, deixando claro que a

experiência de rua é algo fundamental no momento de construir e pensar políticas públicas para essa população (Sicari & Zanella, 2020).

É importante destacar que, segundo Cortizo (2019), as famílias em situação de rua aumentaram mais de 16 vezes entre 2012 e 2019, passando de 7.368 famílias no primeiro ano citado para 119.636 famílias no ano de 2019, todas cadastradas no Cadastro Único. Sendo assim, totalizando mais de 119 mil famílias em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Nunes et al. 2021). Já em 2020, mais de 146 mil pessoas declararam estar em situação de rua no mesmo sistema de cadastro citado (Brasil, 2020).

Um estudo realizado pelos autores Natalino e Pinheiro (2020), a partir de dados do Cadastro Único e do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), calculou a existência de cerca de 221 mil pessoas em situação de rua no Brasil no momento da eclosão da pandemia da covid-19, estando elas concentradas mais em municípios de grande porte e em metrópoles, especialmente no Sudeste (56%) e Nordeste (17,2%). Como é possível identificar a partir dos dados apresentados que o crescimento expressivo dessa população foi entre setembro de 2012 e março de 2020 sendo bastante considerável (140%) (Silva; Natalino & Pinheiro, 2021). No entanto, o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), em 2022 realizou uma nova pesquisa e estima-se que existam mais de 281.472 mil pessoas em situação de rua no Brasil, em pouco mais de uma década, o crescimento dessa população aumentou 211%.

Levantamento atualizado realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG) em abril 2023 destaca que são 209.527 pessoas nessa condição. As informações sociodemográficas para o Brasil se apresentam da seguinte forma: 68% se declara negras, 31% brancas, 1% indígenas ou amarelas, 87% do sexo masculino e 13% sexo feminino, 95% em condições de extrema pobreza e pobreza, 87% com idade entre 18 e 59 anos, 3% crianças/adolescentes (0 a 17 anos), 10 acima de 60 anos, 15% apresenta alguma deficiência, 47% têm o ensino fundamental incompleto, 14% ensino fundamental completo, 16 ensino médio completo e 9% incompleto, 11% não tem “instrução” (não sabe ler e escrever) e 2% ensino superior completo ou incompleto (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023).

Santa Catarina, segundo os autores Silva, Natalino e Pinheiro, em 2020 demonstraram dados de concentração de cerca de 5 mil pessoas em situação de rua,

já na grande Florianópolis, local da atual pesquisa como um todo, estimava-se a presença de 1.000 pessoas dormindo ao ar livre. Diante da cidade de Florianópolis, calculava-se aproximadamente 500 pessoas em situação de rua, no entanto, nos últimos anos foi verificado um grande fluxo migratório destas pessoas que não possuem uma moradia formal. (ICOM/MNPR-SC, 2017). Portanto, os dados levantados em abril de 2023 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG), já são outros, sendo possível contabilizar o equivalente a 8.200 pessoas nessa condição no estado de Santa Catarina como um todo. Da mesma forma, nesta pesquisa foram mensuradas outras informações como: 37% se declaram negras, 62% brancas, 1% indígenas ou amarelas, 94 % em condições de extrema pobreza e pobreza, 93% com idade entre 18 e 59 anos, 1% crianças/adolescentes (0 a 17 anos) e 6% acima de 60 anos. 14 % apresentam alguma deficiência e 43% têm o ensino fundamental incompleto, 20% ensino médio completo, 16% ensino fundamental completo, 11 ensino médio incompleto, 6% não tem “instrução” (não sabem ler nem escrever) e 4% têm ensino superior completo ou incompleto (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023).

Dessas 8.200 pessoas em Santa Catarina na condição de pessoas em situação de rua, 2.043 referem-se à cidade de Florianópolis, e os dados sociodemográficos, se aproximam dos dados gerais do estado. Sendo que 41% se declaram negras, 58% brancas e 1% indígenas ou amarelas, 86% do sexo masculino e 14% feminino, 96% em condições de extrema pobreza ou pobreza, 91% com idade entre 18 e 59 anos, 2% de crianças/adolescentes (0 a 17 anos) e 7% acima de 60 anos, 13% apresentam alguma deficiência, 32% têm o ensino fundamental incompleto, 26% ensino médio completo, 14% ensino fundamental completo, 13% ensino médio incompleto, 8% ensino superior completo ou incompleto e 5% não tem “instrução” ou não sabem ler ou escrever (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023).

As pessoas em situação de rua podem ser compreendidas como um grupo considerado de minoria, com menos poder, vulneráveis e/ou com os direitos violados. Ademais, é considerado um grupo populacional heterogêneo com algumas condições em comum, como pobreza, vínculos familiares fragilizados, falta de serviço, sem moradia convencional, tendo a rua como um espaço de moradia (Arruda, 2014; Wijk & Mângia, 2019). Do ponto de vista psicossocial, a sociedade tende a atribuir valores negativos a esse grupo de pessoas tornando-as ameaçadoras e violentas, legitimando práticas de exclusão ainda maiores (Silva, Bousfield, Giacomozzi & Leandro, 2020).

Pesquisas apontam fatores associados a violência contra a população em situação de rua, como a violação do poder público frente ao direito à vida e à segurança, e na elaboração de políticas públicas que não alcançam os objetivos prescritos para tais cidadãos (Andrade, Costa, & Marquetti, 2014; Kunz, 2012; Nonato & Raiol, 2016). Com base no exposto, considerando as pessoas em situação de rua, enquanto cidadãos e expostos à vivência política, possuindo um conjunto de saberes e crenças frente ao contexto político, a partir de suas vivências individuais e sociais, tal tema liga-se diretamente à teoria das representações sociais (TRS). Isso ocorre devido a relação do fenômeno apresentar-se na relação entre social e o individual, sendo tanto objeto da experiência pessoal imediata, quanto do pensamento social, conduzido por sistemas prescritivos que se demonstra nas cenas sociais (Jodelet, Ohana, Bessis-Moñino, & Dannenmuller, 1982). Isto o torna um relevante fenômeno de estudo para a psicologia social – incluindo as representações sociais como teoria de sustentação (Jodelet, 1984).

No contexto brasileiro, observa-se, no cotidiano, um conjunto de valores, crenças e sentidos relacionados à política de modo geral, influenciando diretamente em práticas sociais. Estudos indicam que práticas ou comportamento político tem suas definições a partir da realidade na qual estejam inseridos os grupos (Ansara, 2008; Fuks, 2014; Coelho Junior et al., 2018; Mansur & Sobral, 2011; Rennó, 2001). Não obstante, não foi identificada produção acadêmica relativa a representações ou práticas sociais sobre política voltadas a grupos considerados de vulnerabilidade e exposição social (Sicari & Zanella, 2018); Esmeraldo et al. (2018); Oliveira et al. (2020); Esmeraldo Filho & Ximenes, (2021); Silva et al. (2020). Tais grupos aqui referem-se àqueles que poderiam, em algumas circunstâncias específicas, perder sua própria identidade por serem vitimizados por processos de controle de homogeneização (Carmo, 2016).

Sendo assim, em contraste com as “representações coletivas” de Durkheim, as representações sociais são sistemas dinâmicos de conhecimento e como tal, estão sempre potencialmente abertos a desafio e negociação (Howarth et al. 2014). Os modos pelos quais as pessoas participam da vida social e política podem assumir muitas formas diferentes, pois contextos diferentes são caracterizados por diferentes culturas de participação (Howarth et al. 2014). Em diferentes contextos, a participação na política pode ser facilitada ou dificultada. Um exemplo é o das pessoas em situação de rua, cuja participação é muitas vezes limitada devido às condições adversas que

enfrentam diariamente. Eles lidam com a violência policial, enfrentam a possibilidade de internação compulsória e enfrentam dificuldades para acessar necessidades básicas, como água e saneamento. Essas situações representam uma violação dos princípios fundamentais dos direitos humanos (Esmeraldo Filho & Ximenes, 2021).

Outro ponto importante diante dessa população é que cerca de 70% das pessoas em situação de rua são consideradas não brancos, ou seja, são pardos, pretos e amarelos (MNPR, 2010). Assim é importante destacar que a participação igualitária das minorias étnicas na vida social e política de um país depende da adoção de políticas multiculturais, da mesma forma, serve para o desenvolvimento de representações mais inclusivas do “nós” envolvendo grupos antes vistos como diferentes. A participação política está muitas vezes ligada à pertença a um sistema político, uma vez que a cidadania é vista como uma condição para ter e exercer funções políticas e direitos (Howarth et al. 2014).

Deste modo, a Teoria das Representações Sociais contribui para a psicologia política essencialmente desconstruindo uma visão menos de cima para baixo, ou seja, fortalecendo para natureza política das relações e interações sociais a compreensão geral da participação política para além de pontos de vista das elites políticas a qual identifica que essa participação é apenas por meio de comportamentos de voto (Howarth et al. 2014). Isso ilustra como as representações podem desempenhar um papel constitutivo na construção social da história, ainda diante da Teoria ela traz um foco na cultura cotidiana, contextos locais, a natureza dinâmica do conhecimento e as políticas de participação social em curso (Howarth, 2011; Howarth et al. 2014). Moscovici (1988) destaca, ao teorizar sobre as representações sociais, que as representações podem ser comparadas como o modo que respiramos, pois dizem respeito aos conteúdos do pensamento cotidiano e ao estoque de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, bem como, para as ideias políticas e as conexões que criamos de forma espontânea.

Para tanto, sempre que uma comunidade participa e desenvolve uma forma de conhecer a si e aos outros, está, ao mesmo tempo, instituindo-se como tal, convidando um futuro para o que faz e, de fato, atualizando o poder que detém para participar na formação de um modo de vida (Howarth et al. 2014). A conexão entre representações sociais e o fenômeno da política foi investigado em diferentes contextos, como: apatia política por jovens no Reino Unido, o interesse dos jovens pelo ativismo cívico, no Senegal, Tunísia, Moçambique e África do Sul, a questão da

autenticidade na Austrália, bem como a pesquisa sobre política global frente o interesse da garantia de direitos que acaba sendo prejudicado através das formas de controle e tomada de decisão (Howarth et al. (2014), assim sendo, esses estudos colaboram para investigar as representações políticas construídas pela população em situação de rua.

Portanto, essa pesquisa parte do pressuposto de pessoas em situação de rua são um grupo heterogêneo, o qual possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados, sem moradia regular e vivem em espaços públicos. Levando em consideração o aumento expressivo das pessoas em situação de rua no país nos últimos anos, dos quais ultrapassa, mais de 220 mil pessoas, assim a relevância científica e social do presente estudo, apresentam-se entrelaçadas.

A relação do objeto de pesquisa política para as pessoas em situação de rua é identificada como um tema pouco explorado diante da teoria das representações sociais, trazendo originalidade dentro do campo científico. Para esfera social, destaca-se o desenvolvimento de possíveis políticas públicas e garantias de direitos, além de fortalecer a participação e paridade na política construídas por grupos distintos, indo contra o pensamento dominante quando problematiza o direito político àqueles cuja circunstância produz o avesso: a extrema degradação da cidadania. Assim, o tema da representação social ligado à política parte da compreensão mencionada do fenômeno da política como um conceito plural, cuja leitura implica atenção à historicidade e à trama social do qual a política se expressa como tema de interesse de todas as pessoas; da mesma forma, o entendimento desse conceito e fenômeno histórico como objeto de estudo e sua relação com a construção do conceito no universo reificado, embasando-se na Teoria das Representações Sociais. A partir da discussão geral destacada no presente trabalho, compreende-se a necessidade de investigar a seguinte pergunta de pesquisa: quais as representações sociais sobre política construídas pelas pessoas em situação de rua?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar as representações sociais sobre política construídas pelas pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as representações sociais sobre política para pessoas em situação de rua, bem como suas dimensões: informacional, atitudinal e de campo;
- Identificar o posicionamento político dos participantes;
- Comparar as RS dos participantes de acordo com o posicionamento político destes.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Analisando a capacidade das pessoas em situação de rua de sobrevivência em contexto de extrema vulnerabilidade e exposição é possível identificar na própria condição de vivência de rua um modo de fazer arte, que não exclui o sofrimento psicológico que também os acomete (Oliveira et al. 2020) mas que fazem essa população fazer parte daquela “arte de rua” naquele espaço, mesmo que de modo passageiro. Para os autores Felix-Silva et al. (2016), a arte de sobreviver, frente a inúmeras ameaças, parte da capacidade dos sujeitos de cuidarem de si mesmos, reinventando uma nova forma de vida e saúde mental.

“Os homens e mulheres dos cobertores desbotados sabem os segredos da rua, conhecem o cheiro da rua como se fosse o próprio cheiro do seu corpo, cheiro das coisas esquecidas” (Felix-Silva et al. 2016). Pessoas em situação de rua não é algo novo. Na história da humanidade existem relatos da existência dessa população desde a Idade Média e, por inúmeras razões, elas chegavam a viver nessa situação como, por exemplo, os reflexos do pós-guerra, movimentos migratórios, entre outros, podendo citar, ainda, a condição de extrema pobreza e as decorrências do contexto social e econômico.

O termo “pessoas em situação de rua” é carregado de mitos, assim sendo, é preciso compreender por que essas pessoas carregam tantos estereótipos. Autores como Igor Rodrigues e Dmitri Fernandes (2020), questionam os termos difundidos no debate público, relacionando as pessoas em situação de rua como, vagabundos (as), insubordinados (as), delinquentes, mendigos, esmoleiros, vadios, destacando que é preciso levar em conta, a própria constituição do Brasil. Esses termos espelhavam na época do Brasil Colônia e Império o raciocínio ligado à dicotomia senhor-escravo, tornando-se assim, na estrutura social a configuração de marginais e fora das leis devido às suas condições. (Rodrigues & Fernandes, 2020).

No Código Criminal do Império, 1830 as figuras do “vadio” e do “mendigo” passam a ser criminalizadas, segundo o Artigo 295. Mesmo ao longo da evolução da legislação, com a vadiagem e a mendicância sendo revogadas por meio da lei 11.983, de 17 de julho de 2009, e com movimento de outros projetos de inclusão social dessa

população para melhor incluí-los, ainda são comuns os contextos e lugares que pretendem exterminar essas pessoas dos espaços urbanos (Santos, 2021, pp. 34). Assim é possível notar que essas representações foram e são construídas ao longo da história e sustentadas de diversas formas, seja pela constituição do país, por leis elaboradas, e pelas práticas de exclusão encontradas em diversos contextos urbanos.

Enquanto os ambientes privados são construídos para proteger a privacidade de algumas pessoas, seja em casa ou no trabalho, os espaços públicos são organizados para acomodar as pessoas temporariamente, por um período de tempo. Para quem vive nas ruas, no entanto, as cidades modernas tornaram-se cenários do cotidiano, formando um espaço paradoxal de vigilância e furtividade, em um momento em que tudo está relacionado à privacidade e à intimidade tudo acontece em espaços públicos e ao mesmo tempo é invisível aos humanos e notado pelos transeuntes (Silvestrin, 2019).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, adota o seguinte conceito para as pessoas e população de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único) (Brasil, 2011).

No entanto, a nomenclatura pela qual essas pessoas são chamadas é variada e, em geral, tem caráter lamentável, como mendigo, errante, pedinte, morador de rua, entre outras. O termo pessoas em situação de rua, atualmente utilizado nos documentos oficiais, destina-se a descrever o fato de que essas pessoas estão em uma situação de transição ou passageira e não necessariamente ficarão nas ruas para sempre (Brasil, 2011).

Sendo assim, é importante a partir do conteúdo citado investigar as representações sociais sobre política construídas pelas pessoas em situação de rua. Essa relevância é fruto de um conjunto de encontro de saberes entre, a teoria das representações sociais, para o grupo de pessoas em situação de rua diante do fenômeno multifacetado da política que se desenrola de forma distintas diante os diversos contextos, como será apresentado a seguir.

3.2 POLÍTICA

A articulação entre a TRS e a política é trabalhada por Caroline Howarth et al. (2014), que parte desse paradigma teórico-metodológico para se referir ao fenômeno. Para Howarth et al., (2014), a versão crítica de TRS caracteriza esta teoria como sendo mais sobre a construção política de realidades do que em sua visão original voltada mais ao construcionismo social. Desse modo, as representações sociais não podem ser vistas como imparciais ou estáticas. Isso significa que ela está preparada para lidar com a heterogeneidade, interseccionalidade, imagem mentais dos sistemas de conhecimento contemporâneos, bem como, com identidades sociais e relações interculturais (Howarth, et al., 2014).

No entanto, é importante destacar que é arriscado comprometer-se com uma definição única de política. Esse conceito e fenômeno é objeto de discussão, no que tange a pluralidade de abordagens e tradições. E assim esse é o risco de elevar à uma única condição de essência política de um modo de vivê-la e compreendê-la que corresponde a uma experiência de uma geração em apenas um recorte da realidade, configurado por uma ou algumas décadas em um único espaço geográfico (Colliot-Thélène, 1999).

Como exemplos, não se pode entender Hegel sem as batalhas napoleônicas, Hobbes sem as condições religiosas e Maquiavel sem lembrar as lutas externas e internas no século VXII das cidades e estado (Colliot-Thélène, 1999). Na mesma condição linear histórica, Comte compreendia o fim do feudalismo e da teologia com o avançar da sociedade moderna a partir da era industrial, enquanto, para Marx, o entendimento estava diante a contradição entre a ordem social e o capitalismo, diferente de Tocqueville, que dava as características política pelas condições sociais e econômicas a partir da democracia (Ortolano, 2013). Desse modo, todas essas realidades são um recorte de um espaço tempo sobre política, configurada a partir daqueles contextos.

Do mesmo modo, durante a produção intelectual, mesmo os políticos têm sido compreendidos de diversas formas. Com exemplo Aristóteles e Platão, ao indagar a relação da polis com o homem social, São Tomás de Aquino, fazendo uma síntese entre o cristianismo e o pensamento aristotélico, e assim Nicolau Maquiavel com o renascimento político (Ortolano, 2013). Como a definição weberiana de política que está orientada para o modelo exclusivo do político, assim dizendo, para atividade

dos homens que fazem da política sua profissão (Colliot-Thélène, 1999). Nessa situação, os pensadores percebiam o político e a relação deles de modo diversos.

Para tanto, no quadro brasileiro, a política e os políticos vão além dos conceitos e termos ou o que se aparece no Poder Executivo, no Congresso Nacional. Para isso, ainda encontra-se as práticas de corrupção e os dissabores que são transmitidos pelos meios de comunicação. Podendo utilizar como uma definição reducionista no contexto brasileiro, como as práticas de gestão da vida no espaço da polis, da cidade (Hur & Lacerda Júnior, 2017).

Para continuar norteadando o paradigma do conceito de política é importante ainda, destacar que existem definições frente a uma Psicologia Política, encontrando algumas tensões por compreendê-la como um subcampo da Psicologia e um enfoque especializado da Psicologia Social (Lara et al. 2021). Porém, para a autora Telma de Paula Souza (2015), fundamentalmente compreende como reflexões diante a representatividade dos processos democráticos, bem como, as políticas de controle social, e às relações entre Estado e sociedade civil. De um modo geral, é um campo de estudos e práticas que pretendem compreender os diversos fatores subjetivos da história, ainda os espaços de tensões entre indivíduos e grupos os quais são regulados por instituições que são responsáveis pela conciliação de diferenças sociais (Souza, 2015, pp. 222).

Diante do fenômeno da política é indispensável deixar de citar se não o principal, mas um dos principais movimentos na luta pela garantia de direitos para a população de rua representado significativamente por quem já esteve em situação de rua, pelas pessoas em situação de rua entre outros representantes, esse é o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). No cenário brasileiro, foi a partir de 2000 que as ações e lutas promovidas MNPR ganham força, sendo diante de uma série de indignação com o descaso e violência com esta população. No entanto, o estopim foi uma resposta aos episódios do “Massacre da Sé” em 2004 na cidade de São Paulo/SP e, de ações como o III Festival do Lixo, realizadas em Belo Horizonte/MG. Dentre as várias reivindicações do movimento é importante destacar alguns como: moradia, trabalho digno e salários suficientes para o sustento, resgatando assim a cidadania, atendimento e acesso à saúde, bem como o direito à vida das pessoas na rua (Schuck, Gesser & Beiras, 2020).

Para a legislação brasileira, diante do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de

Acompanhamento e Monitoramento, além de apresentar a definição da população em situação de rua apresenta outras providências. Sendo elas assim estabelecendo as diretrizes, princípios e objetivos para a garantia de direitos, definindo as responsabilidades dos entes federativos no desenvolvimento e execução de projetos que beneficiem esta população. Deste modo, dentro dessa conjuntura alguns direitos já estão previstos para essa população, para que isso seja garantido e aperfeiçoado é necessário grupos como MNPR para não deixar que a extrema degradação da cidadania continue. É importante destacar algumas conquistas do MNPR já alcançada, dentre os quais podemos destacar a realização da primeira Pesquisa Nacional da População de Rua em 2008, a conquista de um assento no Conselho Nacional da Assistência Social em 2014 e no Conselho Nacional de Saúde em 2013, e a implantação de seis Comitês Estaduais e Municipais da População em Situação de Rua (Brasil, 2014).

Nesse devir, o mundo da política é um mundo polêmico no qual se revive a igualdade entre todos, mesmo na pouca igualdade possível, pode se dizer que é um mundo que não está nas leis e nas instituições. Podendo compreender a política como o ato que hora desorganiza a gestão e a reorganiza de forma a dar palavra para aqueles corpos que nunca foram contados ou visíveis antes (Prado, 2016, pp. 66-67).

Para além dos exemplos de política supracitada, o conceito de Marilena Chaui (2019), é o que mais se aproxima com a investigação científica desta pesquisa. A autora discorre sobre diversos atravessamentos do conteúdo político no cenário brasileiro. Assim, é importante citar que quando se está referindo-se aos sujeitos em situação de rua é real a necessidade de dialogar sobre a justiça participativa destacado como aquilo que só pode ser participando, ou seja, o poder político, e que pertence a todos os cidadãos igualmente, declarativamente compreendido como prática democrática. Por isso, se a política for considerada uma técnica, isto é, uma prática reservada a especialistas, o qual é o processo que acaba excluindo os cidadãos, ela não será politicamente ética, pois realiza a injustiça quanto ao direito de igual participação no poder (Chauí, 2019).

No entanto, essa participação ou qualquer outra participação pode ser considerada fruto de conflito, porém o conflito não é considerado um obstáculo e sim a constituição do processo democrático. Essa talvez seja uma das maiores características para dar originalidade à democracia. Para tanto, isso apresenta verdadeiramente que a liberdade declara que todo cidadão tem o direito de expor em

público seus interesses e suas opiniões, vê-los debatidos pelos demais e aprovados ou rejeitados pela maioria, devendo acatar a decisão tomada publicamente. Ora, aqui também, a simples declaração do direito à liberdade não a institui concretamente, mas abre o campo histórico para a criação desse direito pela prática política e tornando a sociedade democrática (Chauí, 2019).

Indo na contramão do conhecimento compartilhado nas configurações do neoliberalismo é possível afirmar, enfim, que é necessário minimizar o obstáculo ao direito à participação política posto pelos meios de comunicação de massa, o qual dificulta o direito à informação, seja ela de receber, produzir e fazer circular. Destacando claramente que mídias são empresas capitalistas as quais não transmitem e sim produzem informações na medida de seus interesses particulares e sempre a partir de alianças econômicas e políticas, dessa forma, crescendo e criando barreiras ao direito à verdadeira participação política (Chauí, 2019).

Para criar ainda mais raízes sobre o conceito de políticas que é discutido é importante destacar as configurações diante daqueles que possuem direitos violados, repercute-se em alto, a “Ideologia alemã” (1845-1846) de Karl Marx (1818-1883). O qual pontua o primeiro pressuposto de toda existência humana, e claro de toda história, esclarecendo que é necessário estar em condições de viver para poder fazer história e ninguém faz antes de tudo sem comida, bebida, moradia, vestimentas e algumas coisas mais (Marx, 2007). Ora, alguém sem essas condições trata-se de violência, e assim violência é uma estrutura que trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos (Chauí, 2019).

Dando continuidade na intersecção entre a flexibilidade da manifestação do conteúdo da política e levando em consideração o conteúdo supracitado, torna-se essencial investigar as representações sociais sobre política construídas pelas pessoas em situação de rua. Assim, o objetivo da pesquisa fixa-se como fundamental para sistematizar o conhecimento e os comportamentos sobre a política para a população em situação de rua e seus determinantes.

3.3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A psicologia social como um todo não pode escapar de lidar com sistemas sociais mais amplos se deseja ser relevante para a realidade de problemas que

preocupam as pessoas em sua vida social. Da mesma forma, se os teóricos das representações sociais também desejam esse significado e relevância para seu trabalho, eles precisam considerar aplicações da teoria dentro de uma gama mais ampla de áreas sociais e desenvolver uma perspectiva de como podemos usar tais aplicativos para enfrentar e abordar as desigualdades que pesquisamos e vivenciamos (Howarth, 2011).

Desta forma, é importante destacar de qual lugar nasce a teoria das representações sociais. Serge Moscovici, que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais nasceu em 1928 na Romênia e foi para França vinte anos depois, em 1948. Foi ali que estudou Psicologia e a partir de sua tese de doutorado que comemora mais de 50 anos “La psychanalyse, son image et son public” de 1961 nasceu a TRS. É importante ressaltar que em sua vida o autor experimentou os efeitos do racismo, da discriminação e do advento do regime totalitário, acreditando no potencial de habilidades psicossociais como a capacidade de encontrar soluções para essas questões, além de outras, problemas econômicos e industriais do período pós-guerra (Marková, 2017).

Para Moscovici, a perspectiva das representações sociais é buscar analisar a tradução das teorias científicas no senso comum. São várias as vezes que ele volta para definir duas formas diferentes de pensamento, o raciocínio do senso comum (universo consensual) e o raciocínio científico (universo reificado) (Oliveira & Werba, 1998; Clémence, Green & Courvoisier 2011). Nesse contexto, Moscovici compreendeu a psicologia social como uma disciplina em movimento, caracterizada pela especialidade do estudo de tais tensões presentes nas relações uma representação que o sujeito se situa no universo social e material (Mello, Silva & Costa, 2019).

Desse modo, pode-se pensar a partir de dois processos denominados dentro da teoria das representações sociais, o de ancoragem e objetificação, os quais são capazes de transformar o desconhecido em familiar. De tal modo, conforme afirma Moscovici (1981) o conceito de ancoragem tem a função de incorporar o desconhecido em nossa própria rede de categorias, entendendo que uma vez incorporado este objeto ou pessoa assume as características da categoria em questão. A ancoragem ocorre através da nomeação, compreendendo que em nossa sociedade nomear é um ato de retirar do anonimato, garantindo uma posição segura na matriz da identidade, assegurando assim o significado que lhe é conferido. Com isso, ancorar significa

trazer a este objeto desconhecido uma assimilação pautada na referência de objetos já familiares, comparando-o a estes objetos já conhecidos e presentes na memória do grupo (Moscovici, 1981).

Já a objetificação, acontece quando saturando de realidade o conceito que é desconhecido, transformando-o em algo concreto a partir da disposição de nosso pensamento e da nossa linguagem em substancializar uma entidade que não é concreta, o que significa corresponder o conceito com a imagem ou sua representatividade. Essa imagem relacionada ao objeto é escolhida pelo grupo que está no sujeito e não acontece de forma individualizada, assim como essas imagens não são aleatórias, mas sim carregadas de significados que irão corresponder à própria representação (Moscovici, 1981).

Além de descrever os processos de apreensão das representações sociais, Moscovici descreve também em seus estudos iniciais três sistemas de comunicação significativos para a compreensão da formação dessas representações, sendo eles: (1) a propaganda, pautada na relação entre emissor e receptor, que confere autoridade ao primeiro, construída através de mensagens bem estruturadas com objetivo de intervir sobre condutas específicas; (2) a propagação, que objetiva controlar comportamentos através da manipulação de seu contexto e sua significação, adequando as mensagens ao sistema de crenças já existente, que deve ser preservado, incidindo assim sobre as atitudes; (3) a difusão, em que a mensagem é pouco estruturada e tem como objetivo a transmissão de conteúdos variados e de interesse do público, incidindo sobre as opiniões (Camargo & Bousfield, 2014).

Clémence, Green e Courvoisier (2011) apontam a difusão como principal forma de propagação das teorias dos especialistas, considerando que os canais de mídia e de tecnologias têm um papel significativo em atrair a atenção e colocar em circulação uma teoria no espaço público, através dos processos de ancoragem. Descrevem ainda a importância de compreender os receptores da mensagem como sujeitos ativos nessas trocas, pois sem a reação desses a informação transmitida não alcança repercussão. Assim, é quando a informação passa a ser implementada nas conversas rotineiras, compartilhada nos diversos espaços e expressa no pensamento cotidiano, ancorando o saber científico no saber do senso comum, que esses rumores vão sugerir o surgimento de uma nova representação social.

Assim, por meio dos processos citados acima, as RS são então construídas, compartilhadas e captadas pelo público, considerando o que Castro (2012) tem a dizer

sobre a esfera política, dando suporte a uma série de representações ou contribuindo para sua emergência por meio da formulação da legislação. Nesse sentido, Moscovici e Marková (2000) definem que as RS têm uma relação bidirecional com a esfera política, pois ao mesmo tempo em que essas leis podem encontrar um espaço compartilhado, valioso e internalizado, sincronizadas pelos indivíduos, elas também podem sofrer resistência ou mesmo mudança (Castro, 2012).

A partir desse apanhado sobre TRS, é importante destacar e contextualizar o modo como a teoria entrou no Brasil. Chegou primeiro pelos estados de Paraíba e de Santa Catarina, passando pela PUC de São Paulo, antes de se difundir no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades do norte, do sul e do centro-oeste do Brasil (Arruda, 1987; Jodelet, 2005; Sá, & Arruda, 2000). Bem como, entrando no Brasil pelas vias periféricas da produção de conhecimento. Dentro desse processo de chegada, cada universidade defendia a forma que parecia melhor à sua necessidade, como vimos a UFRJ divulgar a perspectiva processual, a UERJ aparecer como a sede da escola estruturalista, a UNB como a sede da escola de Genebra, o LACCOS – UFSC desenvolver a articulação entre atitudes e representações sociais, a UFRGS propor uma perspectiva centrada na comunicação nos espaços públicos e comunitários, etc (Jodelet, 2011).

Com esses avanços da TRS no contexto brasileiro é possível notar diferentes formas de abordar a teoria, mas a perspectiva comum é a de usar os modelos e teorias das representações sociais para enfrentar questões do dia a dia que atravessam a sociedade brasileira no cotidiano (Jodelet, 2011). Sendo assim, esse olhar para a TRS no campo de estudos no Brasil orienta-se mais para a noção de movimento e não como uma escola de pensamento. De forma geral, o modo como se olha não é muito relevante, mas o que realmente importa é que a TRS é um instrumento para melhor conhecer a realidade social e os avanços nas formas de intervenção sobre ela ou seja serve como mecanismo para práxis social (Jodelet, 2011).

No entanto, é possível encontrar abordagens distintas que apresentam diferentes aspectos das representações em sua constituição. Sendo a abordagem dimensional proposta por Moscovici (2012) que conceitua as três dimensões constituintes de uma RS (informação, atitude e campo representacional); Abordagem Dinâmica da qual enfatiza a formação das RS, está focalizada no clássico estudo sobre as representações sociais da loucura, de Jodelet (1989); Abordagem Societal desenvolvida por Willian Doise na escola de Genebra, que estudou desta forma os

processos de ancoragem; também Abordagem Estrutural – que possui como eixo a Teoria do Núcleo Central, pressuposto a proposta por Jean Claude Abric em 1976, seguindo de sua tese de doutorado “Jeux, conflits et représentations sociales” (Abric, 2003), o qual busca propiciar relatos mais elaboradas das estruturas hipotéticas e explicações do funcionamento das RS (Sá, 1996; Wachelke & Camargo, 2007).

Assim para direcionar o enfoque desta pesquisa será focalizada a concepção dimensional de RS proposta por Moscovici (1981). Nessa perspectiva de representação, os conteúdos se organizam em três dimensões: a informacional, a atitudinal e a de campo. Explorando um pouco de cada dimensão, a informacional destaca-se na identificação da quantidade e qualidade de um determinado conhecimento que é compartilhado por um grupo social diante de um objeto. Sendo assim, a dimensão atitudinal debruça-se frente à tomada de posição frente a um objeto socialmente relevante para um grupo indiferente de ser favorável ou não a esse posicionamento. Já a dimensão de campo, se destacam como os conteúdos concretos e limitados das imagens e proposições de um objeto é relevante para um grupo (Schlösser, 2018).

Para conduzir esses acontecimentos e para ajudar explicar no cenário brasileiro Moscovici (1988) cita que não há nada de novo sob o sol, mas, seja velho ou novo, sempre houve um sol, dizendo que este problema da relação entre elementos mentais e materiais na vida social sempre estiveram aí. No entanto, uma forma de sistematizar esse conhecimento popular pode ser por meio das TRS pois, dizem respeito aos conteúdos do pensamento cotidiano e ao estoque de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, às ideias políticas e às conexões que criamos de forma tão espontânea quanto respiramos (Moscovici, 1988). Assim sendo é importante reconhecer que as representações são de uma forma ou de outra geradas e modificadas. Na concepção de Durkheim, isso ocorre apenas excepcionalmente, em circunstâncias incomuns, fora das interações sociais habituais. Trata-se de estados efervescentes, sob o impulso de um ritual, no qual a sociedade se une para produzir novas ideias e sentimentos (Moscovici, 1988).

Para entender isso completamente, precisamos colocar a teoria das representações em um quadro ideológico. Assim reconhecendo que a ideologia é de fato um sistema de representações imposto sobre nós, aí as representações podem influenciar não apenas como estruturamos e damos sentido ao mundo, mas também como o mundo nos constrói. Para tanto, teoricamente falando as ideologias são

representações de quem somos, o que defendemos, quais são os nossos valores e quais são os nossos relacionamentos com os outros.

Como pontua Guareschi, Roso e Amon (2016) “Estudar Ideologia é fazer Psicologia”. É de extrema importância para a Psicologia potencializar e provocar reflexões críticas sobre os acontecimentos políticos de dias presentes, pois dentro do campo da Psicologia Social a ideologia pode ser empregada como estratégia hegemônica. Compreendo aqui a ideologia como formas simbólicas que sustentam e reproduzem as relações sociais para manter a sociedade, assim contribuindo para manter a assimetrias, desigualdades e injustiças (Guareschi, Roso & Amon 2016).

De forma crítica como foi proposto o conceito de ideologia, ela pode contribuir na sociedade brasileira como reflexão no momento atual, considerando as condições políticas e sócio-históricas (Guareschi, Roso & Amon 2016). “O objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refere à ideologia e à comunicação, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função” (Moscovici, 2003, p. 154). Assim, ao colocar a comunicação e ideologia como focos na Psicologia Social, Moscovici, recupera a possibilidade de abarcar uma dimensão crítica e ética e da mesma forma valorizando o aspecto sociológico (Guareschi, Roso & Amon 2016).

A teoria das representações sociais fornece muitas ferramentas valiosas frente a dialética dos processos psicológicos e práticas sociais para assim examinar a legitimação de diferentes sistemas de conhecimento e as possibilidades de resistência (Howarth, 2011). Deste modo, tornando a teoria da representação social, relevante para o objetivo da pesquisa para investigar essa relação entre os conteúdos relacionais das representações e práticas.

4 MÉTODO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Foi realizado um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva e corte transversal, visando trazer maior profundidade e riqueza nas informações obtidas (Sampieri et al., 2006). Pois vislumbra caracterizar as representações sociais sobre política para a população em situação de rua em um

determinado espaço e período cronológico, desse modo, descrever e identificar suas dimensões: informacional, atitudinal e de campo por meio de um aprofundamento das questões propostas, sendo que até o presente momento não foram encontrados materiais que abordam sobre o diálogo entre estas temáticas (Gil, 2002; Sampieri, Collado, & Lúcio, 2013).

4.2 PARTICIPANTES

Participaram 18 pessoas que estavam em situação de rua no Estado de Santa Catarina na cidade de Florianópolis. Para tanto, foram definidos como critérios de inclusão: 1) ter idade mínima de 18 anos, 2) concordância em participar da pesquisa, 3) estar em situação de rua por tempo indeterminado. Como critérios de exclusão não puderam participar sujeitos de outras nacionalidades e participantes com algum agravamento de saúde que comprometa a compreensão da entrevista.

4.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados foram aplicados instrumentos desenvolvidos pelo pesquisador (apêndices I e II). Foi utilizada a entrevista individual semi-diretiva, tendo em vista que este tipo de entrevista permite o acesso a conhecimentos por meio de experiências e circunstâncias específicas de vida (Flick, 2004, 2008). Tal técnica consiste na indicação de temas por parte do entrevistador, que apenas intervém na entrevista de modo a incitar o entrevistado a se comunicar, fazendo uso de técnicas pouco diretivas (Ghiglione & Matalon, 1997). Deste modo, buscou-se realizar uma investigação sem que o pesquisador conheça de forma antecipada o grau de informações dos entrevistados sobre os temas a serem trabalhados. Ao final da entrevista, os participantes responderam às questões de caracterização da amostra.

4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Todas as entrevistas foram realizadas na Passarela da Cidadania (Passarela Nego Quiridu), os serviços oferecidos na "Passarela da Cidadania" visam atender jovens, adultos e idosos que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou

sobrevivência. Eles complementam e compartilham os serviços e ações socioassistenciais da gestão municipal, sendo prestados na Passarela Negro Quirido. Este serviço inclui a disponibilização de alimentação (café da manhã, almoço e jantar), serviços de higiene pessoal (banho), espaço para guarda de pertences, local para higienização de roupas e realização de atividades complementares. Ele é destinado a 230 pessoas em situação de rua em Florianópolis, além de oferecer 160 vagas para pernoite.

As entrevistas foram realizadas individualmente e uma sala oferecida pela Passarela no local e todas foram gravadas. O critério estabelecido para definir o número de participantes foi a de saturação dos dados, que considera que em pesquisas que focalizam o conteúdo temático, este começa a repetir (Ghiglione & Matalon, 1997). Os participantes foram acessados por meio de indicação de profissionais dos Serviços de Abordagem Social que trabalham na instituição e por meio da técnica bola de neve (snowball), em que alguns participantes indicaram novos participantes para contribuir na pesquisa (Becker, 1993). É relevante destacar que o primeiro participante foi recomendado pelos profissionais que trabalham na Passarela da Cidadania. Após a recomendação, explicou-se ao participante sobre o propósito da pesquisa, e ele aceitou o convite. Os demais participantes foram acessados por recomendação dos próprios participantes ou por sugestão da equipe de profissionais.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados voltados à caracterização dos participantes foram analisados por meio de estatística descritiva (média, desvio padrão, distribuição de frequências). O material textual proveniente das entrevistas foi transcrito na íntegra, feita a leitura, sendo realizada análise da frequência das unidades de registro, considerando que uma unidade de registro aumenta sua importância de acordo com a frequência de sua aparição indicando assim seu nível de significância (Bardin, 2011). A técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), possibilitou a leitura e interpretação dos conteúdos, deixando apreender diversificados fenômenos da vida social apresentados pela linguagem cultural e suas significações construídas pelos participantes.

4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Todas as diretrizes éticas foram seguidas, segundo as normas da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada aos participantes a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim como também foi seguida a resolução nº 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Outra preocupação da presente pesquisa também incide na devolutiva à comunidade participantes, cujo – caso necessário – foi proposto uma parceria que visará auxiliar na construção conjunta de intervenções para os dados que foram apurados. Portanto, os principais resultados da pesquisa serão apresentados à equipe da Passarela da Cidadania os quais podem servir para aparar novas práxis, e caso algum participante esteja presente no espaço de acolhimento, ele também será informado sobre os resultados.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), conforme indica a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016) e aprovado sob o protocolo n. 65789622.2.0000.0121. Do mesmo modo, antes de iniciar a entrevista foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), discorrendo sobre os objetivos da pesquisa e as garantias necessárias aos mesmos, conforme Apêndice III. Para tanto, foi respeitada a autonomia dos participantes, sendo garantida a possibilidade de desistir em qualquer momento da coleta de dados e, também, a disponibilização de apoio psicológico, ressarcimento com relação a possíveis desgastes e despesas decorrentes da participação. Além disso, foram adicionadas questões de dessensibilização ao final da entrevista e do questionário, por conta da mobilização que pode surgir ao longo da participação na pesquisa.

5 RESULTADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram 18 indivíduos, com média de idade de 43,77 [DP= 13,11], sendo o mais jovem com 23 anos e o mais velho com 64 anos. 11 se identificaram com o

gênero masculino, 3 com o gênero feminino e as demais uma declarou-se homossexual, outra é bissexual, 1 transexual e a outra diz ter seu gênero indefinido.

Acerca da religião, 8 participantes apontaram não terem religião. Na sequência, o segundo maior grupo com 5 participantes foi de católicos. 2 relatam ser umbandista, 2 evangélicos e apenas 1 não tem religião específica. Com relação à formação escolar, 10 possuem ensino médio completo, 2 possuem ensino superior completo, 2 ensino médio incompleto, 2 ensino fundamental incompleto, 1 ensino médio completo com ensino técnico na formação e apenas 1 têm ensino fundamental completo.

Diante da raça/cor, 7 se declararam brancos, 6 indígena/pardo, 5 negros/pretos. Para as 18 pessoas entrevistadas, 17 delas não exerce nenhuma função remunerada, sendo apenas 1 pessoa do sexo masculino que trabalha de forma informal em uma lavagem de carros e as vezes trabalha como segurança, e assim recebe um salário mínimo e ajuda nos custos como em passagens de ônibus. Ainda 8 participantes recebem o bolsa família no valor de 600 reais. 7 dos entrevistados não tem nenhuma renda mensal. Do mesmo modo, que 3 participantes da pesquisa recebem aposentadoria ou seja exerciam função remunerada antes de estar em situação de rua e são todos do sexo masculino, desses aposentados 2 recebem um salário mínimo e 1 deles recebe 5 salários mínimos.

Considerando que os participantes vivem na condição de pessoas em situação de rua, foi levantado os dados de qual região do país são naturais. Do qual, foi identificado 9 pessoas do estado do Rio Grande do Sul, 3 pessoas do estado de Santa Catarina e 2 pessoas do estado do Paraná, sendo que as outras 4 pessoas vieram de estados diferentes, como Distrito Federal, São Paulo, Pará e Minas Gerais.

Alguns dados importantes sobre a política também foram questionados, como exemplo, se vota ou não, se participa ou já participou do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Desde modo, 12 pessoas afirmaram que não votam ou afirmaram fazer muito tempo que não votam mais, os outros 6 participantes votaram ou justificaram seus votos recentemente.

Diante da participação em movimentos sociais ligados ao MNPR 15 pessoas, não participaram ou não participam do MNPR. Apenas 3 pessoas participam ou participaram do movimento, inclusive relatando experiências:

“Sou um dos representantes, ontem eu fui protocolar um documento que vai ser enviado para a defensoria pública” (P7, masculino, 32 anos, não tem).

“Sim é a pastoral, pastoral da igreja católica e o próprio movimento de rua” (P5, masculino, 63 anos, esquerda).

“Já no movimento de rua (...) eles queriam me levar para Brasília de tudo pago e acabei não indo eu só me inscrevi e participei aqui no centro da passeata foi bem legal” (P17, masculino, 35 anos, neutro).

Outro dado importante referente aos participantes diz respeito de como a política chega até eles ou são acessados pela política. Diante da pergunta: “como a política aparece no dia a dia?”. Assim, os discursos dos participantes, geraram informações sobre situações que eles identificam que o acesso é um descaso (n=9), ou então é acessada por meio de políticas públicas (n=5), recebendo informação (n=2), trocando favores (n=1) ou apenas não acessam a política (n=1).

Desse modo, foi identificado 5 grupos de respostas, e o que mais se destaca são as falas diante ao descaso quando o assunto é acesso a política. Isso aparece em 9 entrevistas observando que a política se manifesta por meio do “descaso” com a população em situação de rua manifestada diante das situações que seus direitos são ignorados, sucateados ou sem valor, conforme fala ilustrada na tabela 1.

Outro importante registro nesse grupo de informação de caracterização dos participantes diz respeito às “políticas públicas”, a qual se refere aos participantes tendo acesso a política diante de alguma política pública como exemplo o espaço de acolhimento para pessoas em situação de rua na passarela da cidadania de Florianópolis. As outras 3 categorias diante ao acesso a política não aparecem com tanta expressão, como a “troca de favores” da qual apareceu apenas uma vez, e que indica que a política se manifesta no dia a dia quando o participante ajuda qualquer pessoa na esperança de ser ajudado algum dia também. Da mesma forma, a unidade “não tem acesso”, referindo-se quando algum sujeito não identifica acesso a política de forma alguma. No entanto, a característica “informação” apareceu 2 vezes, destacando que o acesso à política é por meio de informação recebida ou compartilhada, seja por pessoas ou por instituições. E na tabela 1 podem ser visualizadas de qual forma as falas aparecem.

Tabela 1 – Acesso a política

Característica	Subcategoria	Exemplo
Acesso a política	Descaso	<i>“Só na só na época de política mesmo (...) não existe, porque fora isso, querido cade eles só na hora da da votação porque chega à política, aí vem pago dinheiro e faz aquilo a voto em mim, coisas e tal. Faz churrascada como já cantou aqui no morro, ele sobe político direto fazendo churrascada, fazendo isso aí comprando o povo eles compram o povo pra falar a verdade”</i> (P12, masculino, 49 anos, sou lula/petista).
	Informação	<i>“Diversas maneiras, diversas maneiras eles eles é pegando e auxiliando alguém ou eu meus correndo atrás, entendeu? Da de uma melhoria para mim que nem agora há pouco, quando você pegar, eu entro aqui na sala. (...)aaa política hoje De certa forma, apareceu dessa maneira. Para mim, ele pegou e me perguntou, onde é que ficava a Defensoria Pública para ele conseguir um papel lá, tipo, uma requisição pra ele poder retirar Benefício bolsa família dele que está trancado, entendeu? Eu peguei e falei pra ele, não qualquer coisa, eu vou junto contigo porque eu sei onde fica, a gente precisa fazer uso do serviço da Defensoria Pública daqui de Florianópolis. Entendeu?”</i> (...) (P8, bissexual, 27 anos, não tem).
	Políticas públicas	<i>“No meu dia a dia ela aparece aqui, ó eu vindo aqui, eu comendo aqui, sendo assistido pela psicóloga pela assistente social é, essas são políticas é específicas, embora abrange muito mais coisas, né? Desde é comércio Internacional até leis e regulamentadoras.”</i> (P5, masculino, 63 anos, esquerda).
	Troca de favores	<i>“Mas sou mais lobista do que político, não é? Eu vou fazer um favor pra ti, mas tu vai ficar me devendo, política para mim aparece exatamente como isso”</i> (P7, masculino, 32 anos, não tem).

	Não tem acesso	<i>“Política, política mesmo olha, eu não sou muito assim pelo que eu sou mais eu sou mais pela fé acreditar em algo que Deus deve me ajudar” (P18, masculino, 49 anos, centro).</i>
--	----------------	--

Fonte: elaborado pelo autor.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A POLÍTICA

Após a escuta atenta das entrevistas, suas transcrições integrais e uma leitura exaustiva do material coletado, foram definidas as categorias de análise abaixo apresentadas nas tabelas de 2 a 7. Tais categorias não foram organizadas seguindo a sequência das perguntas, uma vez que ao longo das entrevistas os questionamentos evocavam diferentes memórias diante da política, bem como, por vezes, no espaço da entrevista foi também observado certos processos de organização dos conteúdos evocados. Em certos momentos da análise, foram identificadas dimensões da política que os participantes não reconheceram ou não nomearam como tal durante a entrevista. Essas situações serão descritas detalhadamente conforme surgirem. Elas foram consideradas relevantes porque foram evocadas por perguntas relacionadas à política ao longo da entrevista.

Quando questionados sobre o que é política, quais experiências têm relacionadas, situações vivenciadas durante a vida e qual posicionamento político (Apêndice 1) as respostas obtidas foram agrupadas em 3 categorias: Representações sociais sobre política, vivências políticas e posicionamento político. Destaque importante para o posicionamento político, que terá uma dupla análise, primeiro como categoria de análise e depois como uma variável.

O material proveniente das entrevistas foi transcrito em um banco de dados textual que foi analisado através de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Na tabela 2 e 5 são apresentadas as categorias encontradas a partir da análise desse banco textual, bem como, o número de registro. Assim como citado, foram criadas 4 categorias e 23 unidades de registro.

Tabela 2 – Construção das categorias e subcategorias e suas frequência 1

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	Participantes
Representações sociais sobre política	Diretos à população	6
	Roubo/ Ladrão	5
	Figura do político	3
	Controle/Organização	2
	Não serve pra nada	2
	TOTAL	18
Vivências políticas	Experiência individual	12
	Movimentos sociais	10
	Não tem	3
	Absurdo/vergonha	2
	TOTAL	27
Posicionamento político	Neutro	6
	Sem interesse/não têm	5
	Esquerda	3
	Sou Lula	2
	Direita	1
	Centro	1
	TOTAL	18

Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da categorização das entrevistas foi feita considerando os trechos de entrevistas como unidades de análise. Nas Tabelas 3 e 4, são organizados os trechos de comentários que representam a identificação dos objetivos da pesquisa. Como por exemplo: os níveis dimensionais das representações sociais, a partir das categorias “representações sociais sobre política”, das “vivências políticas” e do “posicionamentos políticos” dos participantes.

Com relação a abordagem dimensional das RS. Observamos que a dimensão informacional classificada como aquela que apresenta quantidade e qualidade de informações de uma determinada representação social se apresenta nas primeiras perguntas sobre política (apêndice 1) e organizada na tabela 3, destaque para a unidade de registro direito à população (n=6) com maior número. Em segundo plano aparece a representação social da política com a personificação dos políticos como Roubo/ladrão (n= 5), e também na figura do político (n=3).

A principal personificação identificada na pesquisa foi associada à figura do ladrão, pois os participantes percebiam a política através da lente do roubo, rotulando os políticos como ladrões. Para um grupo de entrevistados (n=5), a representação

social estava diretamente relacionada às práticas de corrupção, expressas pelos termos "ladrão" ou "roubo". Além disso, figuras proeminentes na política, como Bolsonaro e Lula (n=3), são utilizadas como personificações. Elas servem como fontes de inspiração, seja por suas ações e experiências, ou pela identificação sócio-histórica que evocam.

Os demais dados das subcategorias identificadas na dimensão informacional diante do objeto política, referem-se a controle/organização (n=2), não serve pra nada (n=2). Desse modo, a dimensão informacional destaca o conhecimento compartilhado dos participantes diante das informações do fenômeno da política e assim podem ser observados na tabela 3 os trechos dos quais foram identificados.

Tabela 3 – Categoria temática sobre RS da política

Categoria	Subcategoria	Exemplo
Representações sociais sobre política	Roubo/Ladrão	<i>"Falou em política? Para mim, está falando política é roubo, para mim é tudo ladrão, desculpa, mas é meu ponto de vista (...)"</i> (P2, homossexual, 40 anos, neutro).
	Diretos à população	<i>"Ó política para mim, deveria ser o direito do cidadão ser ouvido, então? Em primeiro lugar, sabe, tipo política para mim seria a opinião do povo questionamento do povo as lutas e soluções para essas questões"</i> (P1, gênero indefinido, 57 anos, esquerda).
	Não serve pra nada	<i>"Política para mim não serve para nada, falando no sentido de pessoas moradoras de rua que tem que não tem de viver. Eu não condeno todas, eu não julgo todas se querem usar drogas, querem liberdade para beber, liberdade usar drogas, tem pessoas que foram parar nas ruas por outros motivos (...)"</i> (P6, feminino, 46 anos, neutro).
	Controle/Organização	<i>"Política? Certo, é velho, como é que eu posso te dizer? É um grupo de comando, assim possa governar o Brasil dependendo conforme essas leis, fazer leis. (...)"</i> (P17, masculino, 35 anos, neutro).

	Figura do político	<p><i>“(...) Não vou ser hipócrita e mentir sua petista, entendeu? Desde pequena eu sou, a minha família toda é petista, agora estou feliz porque o Lula ganhou as eleições, não sei se vai ser o melhor, entendeu que eu já nem sei mais que o Brasil desse jeito que está eu já nem sei o que é melhor, o que é pior” (P13, feminino, 49 anos, Sou Lula/petista).</i></p>
		<p><i>“A fachada do Bolsonaro, cara para mim, aquilo (...) Sim eu estou vendo esse cara o cara dá fachada na multidão, eu estava lá (...) essa do Bolsonaro marcou” (P11, masculino, 62 anos, direita).</i></p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Na categoria vivências políticas foi observado a dimensão atitudinal, pois nesta categoria aparece uma tomada de posição frente a política para este grupo. É importante destacar que alguns participantes tiveram experiências tanto individuais (n=12) como em coletivos (n=10) sobre política, as outras 2 subcategorias aparecem três e duas vezes, não têm experiências relacionadas à política (n=3) e outro grupo considera a política como um absurdo/vergonha enquanto experiências (n=2). Ainda é importante ressaltar que essas posições ou atitudes em relação ao objeto da política são independentes de serem favoráveis ou não ao posicionamento apresentado ou adotado. Na Tabela 4, é possível encontrar as falas que correspondem a essa dimensão.

Tabela 4 – Categoria temática sobre vivências políticas

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	EXEMPLO
Vivências políticas	Experiência individual	<i>“eu sou de minas né, aí a política deles lá é bem forte, as pessoas promete muito, mas o que me marcou muito foi que meu tio foi vereador várias vezes, e ajudei muito na campanha, aí assim, quando me lembro de política me lembro da candidatura dele (...)”</i> (P10, masculino, 38 anos, neutro).
	Movimentos sociais	<i>“Teve uma manifestação dos estudantes lá em lá em Brasília, no centro de Brasília, foram estudantes de vários estados do Brasil. É no caso de nós nos unimos para exigir 10% do PIB para a educação estava no mandato da Dilma e no caso lá na escola eu fui eleita tanto pela turma do tanto pela turma no ensino médio que né que eu tava na época no ensino médio, eu fui eleita para estar sendo a porta-voz da turma quanto também à escola, depois me elegeu também pra eu pra eu estar representando eles no caso no trio elétrico lá”</i> (P9, feminino, 28 anos, não tem).
	Não tem	<i>“(...) não (...) pra falar a verdade eu nunca me interessei em saber política eu nunca prestei atenção sobre política, nunca busquei saber o que é uma política”</i> (P14, masculino, 23 anos, neutro)
	Absurdo/vergonha	<i>“Não, só só uma que eu achei que era uma brincadeira palhaçada foi quando a Dilma ganhou a presidência (...) Não, nao por ser mulher eu não sou feminista, e o Lula ter ganhado né? tanto que os os países riram do Brasil, fizeram piada do Brasil, mesmo, é mesma coisa que abrir a grade do presídio, abre a grade tira um ladrão ali, vamos botar para governar o país”</i> (P6, feminino, 46 anos, neutro).

Fonte: elaborado pelo autor.

A última dimensão é a de campo, que destaca como os conteúdos concretos e limitados das imagens e proposições de um objeto se manifestam, e na categoria futuro da política observamos essa dimensão, destacando que a frequência das informações desta dimensão encontra-se na tabela 5.

Tabela 5 – construção da categoria futuro da política e subcategorias e suas frequência

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQUÊNCIA
Futuro da política	Acesso a direitos	7
	Não tem	4
	Começar por mim	2
	Ajuda voluntária	1
	Educação	1
	Decisão em coletivo	1
	Diminuir partidos	1
	Bolsonaro presidente	1
	TOTAL	18

Fonte: elaborado pelo autor.

Na dimensão campo das RS, houve destaque para a subcategoria acesso à política (n=7), seguida da não tem (n=4) e sucessivamente a terceira subcategoria começar por mim (n=4). Nos outros registros aparecem uma única vez como a ajuda voluntária (n=1), educação (n=1), decisão em coletivo (n=1), diminuir partidos (n=1) e Bolsonaro Presidente (n=1). Na tabela 6, encontram-se os trechos compartilhados pelos participantes para identificar essa categoria.

Tabela 6 – Categorias temáticas sobre futuro da política

Categoria	Subcategoria	Exemplo
Futuro da política	Ajuda voluntária	“Ajude o país se eu te oferecer ajuda, eu não posso cobrar para te ajudar, se eu chegar aqui, falo Mateus, eu vou arrumar tudo, só a mesa aqui pra você, eu vou varrer sua sala eu não posso te cobrar por isso” (P1, indefinido, 57 anos, esquerda).
	Educação	“O educação, e educação né?” (P2, homossexual, 40 anos, neutro).

Acesso direitos	a	<p><i>“Uma sugestão, posso te dar todo brasileiro ter direito a escolher uma universidade, que sejam fácil deles entrar, tenham mais vagas, mais bolsas que abram empresa, fábrica que consiga empregar até o pessoal que está em situação de rua, nem que seja pra catar, a caixa de papelão para montar caixa de papelão numa empresa, mas dá emprego, entendeu? A gente está precisando que o que esse povo se ocupe, que todo mundo tem uma história, todo mundo tem alguma capacidade, mas às vezes não, não é só a gente”</i> (P13, feminino, 49 anos, sou lula/petista).</p>
Decisão coletivo	em	<p><i>“As definições, por exemplo, assim assim, vamos vamos, vamos, vamos como que vou te explicar, vamos apoiar mais uma regra para fazer uma eleição, uma eleição na cidade vamos abrir um algo, vamos distribuir cestas básicas seria, vamos, vamos fazer uma votação? Não assim, só só uma pessoa fazendo, só vereador ou prefeito e não só uma pessoa toma uma decisão que as vezes essas pessoas e as decisões são erradas”</i> (P4, masculino, 34 anos, esquerda).</p>
Não tem		<p><i>“É só vendo para crer que eu sou daqueles, só acredito vendo eu espero que endireite, né? Mas o país está aí, no barco mesmo tá patinando e vai continuar patinando, dinheiro eu não quero e quem sofre é os coitados (...) Quem? eu vou sugerir? Ele vai ouvir minha voz, jamais”</i> (P16, masculino, 64 anos, neutro).</p>
Diminuir partidos		<p><i>“Diminui os partidos diminui os partido. Eu fico eu fico “P” da vida de tipo assim, ó Ver Mundo global a economia global em si girar apenas em volta do dólar, que o nosso país se a gente for parar pra pensar, vamos ser bem sincero, vamos ser bem coerente era pra gente estar dando estar acima dos Estados Unidos faz horas. Faz horas, a gente tem polo industrial, a gente tem Amazônia, a gente tem muita coisa, muita riqueza só que assim, uma coisa que eu sou obrigada pegar e dar o braço a torcer pelos americanos ou tu é comunista ou tu é, esqueci o nome agora e eu sei que são 2 partidos só apenas aí já resolve muito problema, cara isso aí já resolve muito o problema”</i> (P8, bissexual, 27 anos, não tem).</p>
Bolsonaro presidente		<p><i>“Bolsonaro tivesse aí já teria dado uma, uma...(...) uma melhora, estava melhorando”</i> (P11, masculino, 62 anos, direita).</p>

	Começar por mim	“(...) eu vejo que eu, enquanto cidadã, indivíduo individual pode até parecer redundante, mas o indivíduo individual eu tenho a consciência de que eu posso começar política dentro de mim, dentro da sociedade enquanto é seja no meu ambiente de trabalho, seja no meu ambiente escolar, seja no enfim, qualquer âmbito da sociedade que a que eu começo a fazer a mudança, eu que começo a fazer a mudança, eu não, eu não. Eu não gosto de ficar exigindo nada de ninguém” (P9, feminino, 28 anos, não têm).
--	-----------------	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Outro objetivo da pesquisa foi com relação ao posicionamento político das pessoas em situação de rua. Deste modo, acima foi apresentado na tabela 2, as seis subcategorias que identificam e apresentam a quantidade de cada posicionamento, e ficou identificada da seguinte forma, neutro (n=6), sem interesse (n=5), esquerda (n=3), sou Lula (n=2), direita (n=1) e centro (n=1). Como destacado, essa categoria tem dupla análise, pois é possível identificar a personificação do político em duas entrevistas, e também servirá como variável de análise para objetivo de comparação do posicionamento político com as representações sociais dos participantes. Na tabela 7 seguem os trechos das falas que configura o posicionamento:

Tabela 7 – Categorias temáticas/variável de análise sobre o posicionamento político

Categoria	Subcategoria	Exemplo
Posicionamento político	Esquerda	“(...) eu sou esquerda. Não quer dizer que eu sou comunista que eu sou socialista, que eu sou muçulmano, que eu sou católico, que eu sou, não é? Eu não vou esperar, a esquerda para mim, ela é aquilo que luta contra é a prepotência do que está no poder (...)” (P5, masculino, 63 anos, esquerda).
	Direita	De direita, direita de 8 anos de exército na companhia do céu” (P11, masculino, 62 anos, direita).
	Sou Lula/petista	“Esquerda não, eu sou Lula, sou Lula” (P12, masculino, 49 anos, sou lula/petista).
	Neutro	“eu sou neutro, no sentido eu não sou assim de esquerda ou de direita, tem coisa que a direita faz que eu aprovo e tem coisas que ela faz que eu não aprovo e a esquerda a mesma coisa, entendeu, então eu fico com o que é bom” (P10, masculino, 38, neutro).
	Centro	“centro” (P18, masculino, 49 anos).

	Sem interesse	“Não, não, hoje não” (P15, masculino, 60 anos, não tem).
--	---------------	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Nos parágrafos adiante apresenta-se de qual modo foi construído as categorias. Verificou-se que, para alguns entrevistados, quando o assunto é política percebe-se a representação do fenômeno da política ou do próprio político como a personificação do "ladrão" e do "roubo". A “representação social sobre política”, enquanto forma de “direito a população” apresentou maior número de ocorrências nesta categoria como destacado na Tabela 2, esta característica se manifesta quando os indivíduos relatam que política é uma forma de obter seus direitos. Outra subcategoria, que obteve destaque foi “figura do político” ocorrendo outra forma de personificação, pois nessa representação é evidenciada quando é referenciada por um político. Dando sequência na categoria da “representação social sobre política” encontram-se outras subcategorias como exemplo “controle/organização” que diz respeito ao fenômeno da política quando expressada em forma de ordem geral. A última subcategoria foi apresentada em um número reduzido, sendo manifestada duas vezes, e é classificada quando a política “não serve pra nada”.

A categoria "vivências políticas" foi formulada diante dos temas que envolvem questões das pessoas em situação de rua frente suas experiências com a política, é importante salientar que teve sujeitos que relataram tanto experiência individuais quanto em grupo, aparecendo registro duplo nas subcategorias. Desses temas, o elemento mais citado para os participantes foram as “experiências individuais”, que destacam experiências singulares, seguindo dos “movimentos sociais”, representada por vivências em grupos e coletivos. As demais aparecem com menor expressão, sendo que ocorrem apenas uma ou duas vezes. Assim as demais subcategorias, com menos intensidade quando comparada com as 2 anteriores que obtiveram mais de 10 aparições por unidade, refere-se como exemplo a subcategoria “absurdo/vergonha” que aparece em duas entrevistas se referindo que a experiência política delas se destaca por algum momento na vida ter ficado envergonhados ou achar um absurdo estar passando por aquele momento. Por último, a subcategoria “não tem”, retrata a situação onde os participantes dizem não terem vivido experiências ou vivências políticas, sendo registrado 3 vezes.

A categoria e variável de análise “posicionamento político” é representada pela posição política de cada participante, sendo que o maior número de registro foi para a categoria “neutro” com 6 registros. Outro grupo com grande destaque dentro dessa categoria sobre “posicionamento político” é os “sem interesse” tendo aparecido 5 vezes, e se manifestaram diante dos discursos dos participantes quando estavam sem interesse na política. As demais unidades temáticas aparecem 3 vezes ou menos, sendo que estão divididos entre os participantes de posicionamento de “esquerda” e as pessoas que se manifestavam como “sou lula”, pois deixavam clara a diferença. Diante dos participantes que têm o “posicionamento político” como “sou lula/petista” fica explícito a escolha pelo presidente Lula ou apenas pelo Partido dos Trabalhadores. Para o posicionamento de centro ou direita foi registrado apenas 1 unidade para cada.

A categoria Futuro da Política oferece campo para discussão de diferentes temas, como violação de direitos, pouca mobilização para participar de movimentos políticos e falta de perspectiva de um futuro melhor sobre a ótica da política. Para formulação dessa categoria foi perguntado aos participantes o que eles esperam da política, e assim surgiu o “futuro da política” sendo registrado 8 subcategorias, porém com maior expressão para a “acesso a direitos” com 7 registros. A subcategoria “acesso a direitos” é caracterizada pela possibilidade da política ser uma forma para população de rua alcançar seus direitos. A unidade temática “não tem” dentro da categoria “futuro da política” foi a segunda unidade com mais expressão sendo manifestadas 4 vezes, e é apresentada pelos participantes quando eles não têm ou não conseguem mensurar um futuro para a política. A unidade “começar por mim” apareceu duas vezes, sendo referenciada quando os entrevistados entendiam que a mudança ou o futuro iniciava por eles. As demais subcategorias, foram apresentadas apenas uma vez, tendo menos expressividade, como exemplo a subcategoria “Educação” indicando que seria o futuro para política, ou a esperança de uma pessoa como salvadora, como por exemplo “Bolsonaro presidente” ocorrendo outra personificação como uma possibilidade de melhora. Ainda a teve a subcategoria “ajuda voluntária” para um outro futuro da política, e também “decisão em coletivo” sendo registrada como um horizonte possível no futuro político.

Como última análise, foi comparado as representações sociais dos participantes com seu posicionamento político. Desta forma, foi identificado, que os participantes sem posicionamento político definido (isto é, que não se declaram

simpatizantes de posição alguma dentro do espectro esquerda - direita, definidos como: não tem posicionamento, sendo neutro ou centro) apresentam uma visão negativa da política e marcada por referências a problemas estruturais como roubo, ladrão, corrupção e ineficiência. Enquanto que as pessoas em situação de rua que se declaram de esquerda reconhecem outras possibilidades dentro da vida política ligadas à sua função social e maneiras de que seja um mecanismo eficiente ou conseguem visualizar um futuro melhor.

Na tabela 8, segue o trecho da fala dos participantes que identifica a comparação do posicionamento com as representações sociais. Assim identificando dois grandes grupos, visão positiva da política (n=6) sendo três participantes de esquerda e três sem interesse/não tem posicionamento, e outro grande grupo com visão negativa da política (n=12) e estando ligados aos demais posicionamentos 6 neutro, 2 Sou Lula/petista, 2 sem interesse/não tem 1 de direita e 1 de centro.

Tabela 8 – comparação das RS com o posicionamento político

Participantes	Posicionamento político	Representações sociais sobre política	Comparação
P2, homossexual, 40 anos.	Neutro	<i>“Para mim, falou em política está falando em roubo. Não é para ser sincero, não (...) falou em política? Para mim, está falando política é roubo, para mim é tudo ladrão, um desculpa, mas é meu ponto de vista.”</i>	Visão negativa da política
P5, masculino, 63 anos.	Esquerda	<i>“A política é o meio, é digamos, um meio social, para desenvolver, é recursos que sejam meio para a população mais vulnerável e também para todos os que tem comércio, estabelecimento aglomeração comunidade, e dá assistência ao povo mais necessitado.”</i>	Visão positiva da política
P13, feminino, 49 anos.	Sou Lula/petista	<i>“Não vou ser hipócrita e mentir sua petista, entendeu? Desde pequena eu sou a minha família toda, é petista, agora estou feliz porque o Lula ganhou as eleições, não sei se vai ser o melhor, entendeu que eu já nem sei mais que o Brasil desse jeito</i>	Visão negativa da política

		<i>que está eu já nem sei o que é melhor, o que é pior.”</i>	
P9, feminino, 28 anos.	Sem interesse/Não tem	<i>“Para mim, política é o direito dos cidadãos poderem é se juntar para, para melhorar algo ou para fazer existir. É existir meios e formas de resolverem, no caso situações dentro da sociedade.”</i>	Visão positiva da política
P11, masculino, 62 anos.	Direita	<i>“Seguinte, cara, pra mim política é até uma palhaçada. Desse aí não falo nada, eu vou fazer aqui no Brasil contigo um negócio aqui, eu desafiando olha lá para ele aí o que está sendo muito, muito bom eu acho, escolheu, né, cara agora, cara aqui o governador 1.302,00 o salário mínimo governador de São Paulo um 1.550,00 reais Salário de São Paulo.”</i>	Visão negativa da política
P18, masculino, 49 anos.	Centro	<i>“Política? O que eu posso dizer? Certamente que a política é bem complicado. Que a gente nunca sabe se a pessoa está falando a verdade ou Mentira. Não fica lá fazer política de promete muito Mas e depois? Ele cumpre aquilo que ele prometeu? Será que cumpre Tem muitos que não cumpre, são corruptos é isso que eu entendendo um pouco da política”</i>	Visão negativa da política

Fonte: elaborado pelo autor.

6 DISCUSSÃO

Este estudo teve por objetivo investigar as representações sociais sobre política construídas pelas pessoas em situação de rua. Sendo assim, identificando as representações sociais sobre política, diante das suas dimensões: informacional, atitudinal e de campo. Além disso, buscou-se identificar o posicionamento político dos participantes e compará-lo com as representações sociais.

É importante considerar que o fenômeno da política é polissêmico e polêmico. No entanto, essa pesquisa proporcionou a abertura para múltiplos sentidos que podem estar cristalizados diante de determinadas histórias de vida. De qualquer forma, buscou viabilizar as representações sociais dos participantes em relação à política, e isso é possível analisar a partir do processo de produção no discurso de cada um, com base nas entrevistas realizadas.

Destaca-se que os grupos de pessoas em situação de rua, neste estudo, são entendidos como categoria social, uma vez que não possuem organização interna estabelecida, funções determinadas e grupo explicitamente presente (Carvalho, 2002). Porém, apresentam dimensão concreta através de seu reconhecimento social, sendo que, por meio desse reconhecimento por outros grupos, passaram a ganhar uma identidade: a de ser população em situação de rua.

6.1 DISCUSSÃO DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Os dados sociodemográficos nos permitiram captar dimensões dos fatores sociais que contribuem para a compreensão de quem são as pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa, levando à qualificação do debate apresentado e ao aprofundamento da discussão realizada em torno das representações sociais encontradas. Caracterizar esses sujeitos ajuda a contextualizar tanto as experiências frente a política descritas pelos entrevistados quanto às representações sociais.

Assim, foram entrevistadas mais pessoas em situação de rua autodeclaradas como homens, sendo 11 pessoas do sexo masculino e apenas 3 autodeclaradas como mulheres. Destaca-se que os demais sendo eles 4 participantes se declaram de outros gêneros. Esses dados apresentam uma porcentagem do público masculino muito próxima quando colocada em perspectiva com a realidade do cenário nacional, no qual 87% das pessoas em situação de rua são do sexo masculino e 13% do sexo

feminino (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023). Em relação ao estado de Santa Catarina, conforme levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023) em abril de 2023, foi registrado que 90% eram do sexo masculino e 10% do sexo feminino. No entanto, é importante destacar que o número de pessoas do sexo masculino em nível estadual é 3% maior e o feminino 3% menor do que a nível nacional. Porém, quando comparado à cidade de Florianópolis, local da realização da pesquisa, os dados ficam mais próximos da situação nacional, sendo 86% do sexo masculino e 14% do sexo feminino, obtendo um resultado de pessoas do sexo feminino maior do que a nível nacional.

Existem múltiplos fatores que levam as pessoas à condição de situação de rua, como mencionado durante a pesquisa, mas ao apresentar novamente o índice das pessoas em situação de rua, é importante retomar o tema. Assim, destacam-se as informações do Ministério de Desenvolvimento Social, que identificou os motivos que levaram as pessoas à situação de rua: alcoolismo e/ou drogas, desemprego e conflitos familiares (Brasil, 2009). Esse dado é reforçado pelos autores Reis e Azevêdo (2019), os quais destacam que a trajetória de vida e o início da inserção no mundo das ruas estão ligados aos aspectos referentes ao uso de álcool e drogas, conflito familiar, desemprego, depressão e falta de moradia.

No entanto, independentemente dos determinantes que levam as pessoas às condições de rua, é necessário considerar a humanidade do outro. É sempre uma tarefa árdua possibilitar modos de visão e escuta dentro da esfera pública que questionem os esquemas normativos e que confirmem inteligibilidade sobre o que será tido como humano, como vida vivível e morte lamentável. No entanto, foi dever desta pesquisa identificar as diversas formas de experiências e crenças da população de rua e dar visibilidade aos modos de visão, principalmente no contexto da política para além de sua condição e o que fez chegar até ela. (Schuck, et al., 2020).

Os atravessamentos da questão de raça no contexto das pessoas em situação de rua também são verificados na pesquisa e comparados à realidade do país, estado e cidade. Antes de reapresentar os dados, também é importante considerar que a autodeclaração de raça ainda é influenciada pela ideologia de branqueamento que historicamente prevaleceu no país. Após a abolição da escravidão, houve um projeto que buscava o genocídio da população negra, visando à diluição da 'mancha negra' por meio da miscigenação, como destacado por Abadias

Nascimento (2016). Esse genocídio abrange tanto aspectos físicos quanto simbólicos e persiste na tentativa de apagar a identidade dos indivíduos, deixando suas marcas nos processos de construção da subjetividade até os dias atuais. Desta forma, é importante apresentar onde estão essas pessoas que se autodeclararam com diferentes raças.

Retomando os achados da pesquisa, das pessoas em situação de rua entrevistadas, 7 se declararam brancas, 6 se declararam indígenas/pardas, 5 se declararam negras/pretas. Quanto aos dados apresentados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023) no contexto brasileiro, 68% são negras, 31% são brancas e 1% indígenas ou amarelas. Diferente da realidade brasileira, no estado de Santa Catarina, 37% se declaram negras, 62% se declaram brancas e 1% indígenas ou amarelas. Para a cidade de Florianópolis, esses números também mudam, 41% se declaram negras, 58% se declaram brancas e 1% se declaram indígenas ou amarelas. De forma geral, o estado de Santa Catarina apresenta um número significativamente menor de população negra em comparação com a média nacional, conforme indicado pelos dados do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com esse censo, em Santa Catarina, 83,9% da população geral se identifica como branca, 12,6% como parda e 2,9% como preta. Em contraste, no cenário nacional, as pessoas autodeclaradas pretas e pardas juntas representam mais de 50% da população brasileira. Portanto, de acordo com o último censo, Santa Catarina é o estado brasileiro com a menor proporção de pessoas que se autodeclararam negras em todo o país.

Outro dado relevante para comparação são as informações sobre emprego e renda, pois dos entrevistados apenas 1 participante têm emprego, porém, é informal. As demais 17 pessoas não exercem nenhuma função remunerada. Dos 18 participantes, 8 recebem bolsa família no valor de R\$600,00 reais, 3 pessoas são aposentadas, e 7 pessoas não recebem nem um benefício ou renda mensal. As informações referentes a emprego e renda, tem divergência das informações do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023), que registra um total a nível nacional de 95% das pessoas nessa condição que vivem na extrema pobreza ou pobreza. Isso levando em consideração que em situação de pobreza são consideradas pessoas com renda per capita de até 5,5 reais por dia, e em extrema pobreza pessoas com renda per capita

inferior a 1,90 reais por dia (ChildFund Brasil, 2020). Assim, no estado de Santa Catarina 94% e na cidade de Florianópolis 96% deste modo, a condição de extrema pobreza e pobreza se aproximam do nível nacional. Essa divergência se caracteriza pois mais da metade das pessoas que foram entrevistadas possuem alguma renda.

Com relação à formação escolar, 10 possuem ensino médio completo, 2 possuem ensino superior completo, 2 ensino médio incompleto, 2 ensino fundamental incompleto, 1 ensino médio completo com ensino técnico na formação e apenas 1 têm ensino fundamental completo. As informações diante a formação escolar colaboram com os dados apresentados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023), pois Santa Catarina e Florianópolis apresentam índices de formação maior que os apresentados em nível do Brasil. Enquanto idade dos participantes, vem ao encontro dos dados nacionais 87% entre 18 e 59 anos, Santa Catarina 93% e Florianópolis 91%, para a pesquisa a média de idade foi de 43,77 [DP= 13,11], sendo o mais jovem com 23 anos e o mais velho com 64 anos.

Algumas informações sobre a política também foram abordadas na entrevista, visando aprofundar conteúdos sobre o fenômeno, como por exemplo a participação no Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) ou outro movimento, bem como, como eles têm acesso à política em situação de rua. Assim, 15 pessoas não participam ou nunca participaram de nenhum movimento, enquanto 3 pessoas já participaram ou fazem parte do movimento. Dados da pesquisa Brasil (2009) apontam que 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social, incluindo o (MNPR), que existe desde 2005. Mesmo que exista uma porcentagem muito grande de pessoas que não participam dos movimentos políticos, a existência do MNPR é uma forma de contrariar a opinião de que essas pessoas podem e preferem sobreviver por meio de práticas assistencialistas e de caridade, desafiando assim a errônea ideia de que seriam incapazes de se organizar e reivindicar seus direitos através da mobilização política (Lima, 2018).

Foi indagado como a política aparece no dia a dia dos participantes em situação de rua. 9 participantes, relatam sofrer pela falta de acesso à política, tendo sido agrupados em uma categoria nomeada como "descaso" (Tabela 1). Isso significa negligência do poder público em relação a essa população, pois eles são lembrados apenas na época das eleições, ou não são lembrados, praticando uma exclusão e homogeneização total. Como destaca Gomes et. al. (2019), em "Como lidar com os

efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político” essa falta de acesso aponta como um mecanismo de opressão reproduzido pelo Estado, por meio das instituições e também pela população em geral reforçando um status quo.

De qualquer forma, esse descaso é uma forma de expressar as várias formas de violência que atingem indivíduos da sociedade em geral. No entanto, a violência contra a população em situação de rua se torna mais alarmante, visto que se trata de vítimas de processos socioeconômicos excludentes e da falência das políticas públicas de habitação, saúde e assistência social (Alvarenga & Gulisz, 2022). De acordo com os discursos de 9 participantes desta pesquisa, esses recursos não chegam de modo algum ou são insuficientes para as pessoas em situação de rua. Compreendendo a quantidade de participantes que entendem que esses recursos não são palpáveis, é possível salientar assim que esses recursos surgiram de forma fragmentada ou descontínua, atuando mais como forma de disciplinamento e controle e não para emancipar ou democratização (Gomes et. al., 2019).

A sociedade tende a aceitar como algo comum a violência contra pessoas em situação de rua, o que, por sua vez, perpetua e alimenta esse problema. A falta de ação significativa por parte do Estado em relação à segurança dessa população, contribui tanto de maneira direta quanto indireta para a continuação da insegurança vivenciada por esses indivíduos (Alvarenga & Gulisz, 2022).

Ainda que essas intervenções do Estado sejam ineficazes, na Tabela 1 é possível identificar que 5 participantes expressam que têm acesso à política por meio de alguma política pública. Assim, esse grupo de resposta foi categorizado e nomeado como "Política Pública" contemplando dois grandes grupos: os que não encontram acesso à política, com maior expressão, e os que acessam a política de alguma forma. Os demais grupos apresentam poucas expressões e estão mais ligados a situações subjetivas de cada participante. Por exemplo, quando citado pelo participante que ele não espera nada da política, e sim de forças divinas (nomeada pelo pesquisador como "não tem"), ainda existe outro grupo de resposta falando de política, e é vista como "troca de favores" indicada pelos participantes como aquela política que faço algo para receber depois (lobista). Por último, tem a política apresentada por meio de "informação", a qual os indivíduos conseguem ficar mais instruídos ou informar alguém de alguma política ou notícia importante. Desse modo, ao explicar o acesso a política para as pessoas em situação de rua no contexto brasileiro é fazer um resgate

da discussão teórica acerca da ambiguidade construída pela sociedade moderna, que é se dizer igualitária e justa e ser, na realidade, desigual e injusta (Souza, 2022).

É possível concluir que a identidade dos sujeitos que representam a população em situação de rua no país está muito bem demarcada na apresentação de inúmeros relatórios e estudos, como os descritos acima. Esses documentos apenas confirmam a questão social relacionada às pessoas em situação de rua, presente em todo o território nacional, em maior ou menor grau. Essa questão já foi exaustivamente apresentada e problematizada neste e em outros trabalhos, nos quais se encontram homens e mulheres vivenciando reiteradas violações de direitos básicos, sendo mortos e deixados morrer pela mão de um estado genocida e com aval de toda uma sociedade.

6.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Dada a finalidade das representações sociais, a qual serve para facilitar a compreensão dos processos de construção coletiva sobre um tema social específico, por meio da troca de informações e da criação conjunta de conhecimento por grupos sociais (Moscovici, 2012). É viável examinar o processo de formação das RS relacionadas à política através da análise das entrevistas, considerando a perspectiva de representação tanto como produto quanto como processo (Trindade, Santos & Almeida, 2011). Além disso, o paradigma das representações sociais é utilizado neste trabalho para orientar os processos de construção dos conhecimentos diante da política, por exemplo, como foram construídas e como elas se constroem.

Considerando a perspectiva dimensional das Representações Sociais, conforme Moscovici (1978), que descreve três dimensões para cada universo de opinião - a atitude, a informação e o campo de representação ou imagem -, podemos analisar o processo de formação das Representações Sociais políticas pelos participantes. Percebe-se que ela surge de um produto já construído, ou seja, de RS de política já estabelecidas pelas categorias sociais das quais os participantes fazem parte, como cidade, condição e relações interpessoais, entre outras.

A primeira dimensão verificada destina-se à dimensão informacional, por sua vez, remete à qualidade e à quantidade do conhecimento a respeito do objeto social na qual os participantes apresentam seus saberes iniciais acerca do objeto social "política" (Nova & Machado, 2022). Conforme se identificou, as primeiras informações

que os participantes relatam a respeito da política provêm dos conhecimentos e experiências construídos ao longo da vida, sejam experiências individuais ou coletivas. Isso resulta em suas representações sociais do fenômeno, como diante das subcategorias "direitos da população", "roubo de políticos", "figura do político", "controle/organização", "palhaçada" e "não existe".

O que se destaca diante das representações sociais frente à dimensão informacional da política é que, se fosse apenas um debate sobre ideias, o rigor argumentativo seria suficiente. No entanto, as relações também se inscrevem em um campo social, como exemplo as experiências das pessoas em situação de rua ligadas à política. Além disso, as relações de força entre as ideias se inscrevem em um campo de pensamento. Sendo assim, as ideias não se tornam operantes senão em função de uma experiência do sujeito, experiência que, em si mesma, claro, jamais é redutível ao conceito (Negreiros, 2019). Na dimensão informacional, torna-se claro que o entendimento que as pessoas em situação de rua têm sobre o objeto da política está intrinsecamente ligado à organização que estão construindo, ou seja, é o resultado do processo de focalização desencadeado pelo grupo social diante dessa temática (Nova & Machado, 2022).

Como bem explicado por Moscovici (1978, p.67), “a informação – dimensão ou conceito – relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social”. A análise das dimensões de uma representação possibilita a caracterização de grupos com base nas informações que possuem sobre o objeto; essas dimensões delineiam e diferenciam um grupo do outro, indicando as representações compartilhadas pelos seus membros acerca de um determinado objeto social (Moscovici, 1978).

A dimensão atitudinal se apresenta como influência social, manifestando-se através de relatos de momentos de vidas que desencadearam experiências individuais ou coletivas, e as consequências e a importância da expressão estão nos comportamentos dos participantes. Essa transversalidade se dá devido à posição em que se encontra o conceito de representação social, ou seja, ela está situada na interface entre o aspecto psicológico e o social, acontecendo diante de uma tomada de posição frente à política (Rocha, 2014).

A dimensão da atitude relaciona-se às posições adotadas pelo indivíduo ou grupo em relação ao objeto representado ou melhor, a atitude se refere à disposição geral do indivíduo, seja ela positiva ou negativa, em relação ao objeto da

representação social (Nova & Machado, 2022). Em outras palavras, essa dimensão está inserida na categoria das vivências, quando os indivíduos têm experiências da política representadas por situações individuais, em grupos ou nos casos mais subjetivos. Esses posicionamentos estão intrinsecamente ligados à história de vida do sujeito e, conseqüentemente, refletem seus valores morais e culturais (Nova & Machado, 2022).

Como destaca Santos (2005), a atitude "se apresenta como uma pré-conceituação que é produto de relações, reorganização e estruturação da experiência do sujeito" e está intrinsecamente ligada à história tanto do sujeito quanto do grupo que ela representa. É razoável concluir que uma pessoa busca informações e constrói representações sobre algo apenas depois de adotar uma posição, sendo esse processo influenciado pela posição previamente assumida (Moscovici, 1978). Assim, no âmbito atitudinal, a política para as pessoas em situação de rua contribui para reforçar a construção que os participantes têm sobre o que é política. Ou seja, sua representação do objeto é moldada de acordo com suas experiências pregressas.

A dimensão do campo de representação, ou imagem, desempenha o papel de estruturar as dimensões de atitude e informação. São essas imagens que segundo Moscovici (1978), tem como efeito provocar sensações mentais oferecidas de objetos e pessoas ao nosso cérebro. Reconhecidas assim como um sistema de referência, as imagens possibilitam ao indivíduo interpretar sua vida e atribuir significado a ela, conferindo peso e sentido aos demais elementos presentes nas diversas dimensões.

Para sustentar ainda a dimensão campo e dar suporte a essa ligação com as demais dimensões, é importante resgatar Jodelet (2017), que expõe uma concepção de experiência inicialmente elaborada nas teorias fenomenológicas. Nessa perspectiva, a experiência refere-se à consciência que o indivíduo possui do ambiente em que está inserido. A autora distingue a experiência da percepção, destacando que a experiência não é efêmera, mas estabelece uma conexão entre os estímulos sensoriais e enriquece a relação do sujeito com o mundo. A experiência abrange tanto a dimensão vivencial, na qual a pessoa se envolve emocionalmente e adquire consciência, quanto a dimensão cognitiva, que molda e dá conteúdo à experiência por meio de sua relação com construções culturais preexistentes e conhecimentos compartilhados. Portanto, Jodelet (2017), argumenta que a experiência é socialmente construída e dialoga com as representações sociais, pois, à medida que organizam o

conhecimento do indivíduo sobre o mundo, também são influenciadas por esse mesmo conhecimento.

Diante da dimensão campo, ficou constatada a existência de conteúdos concretos e limitados das imagens e proposições do objeto político. Isso ocorre porque é identificada, dentro da categoria 'futuro da política', a presença de conteúdos que se tornam concretos e limitados, ou seja, o quanto que o fenômeno é relevante para esse grupo. É possível visualizar a possibilidade de mensurar o futuro dentro da política, como exemplificado nas subcategorias 'começar por mim', 'decisão em coletivo', 'acesso a direitos', 'educação' e 'ajuda voluntária'. Essa conceituação faz parte de um ideologia dominante, que os mais pobres e oprimidos são mais pobres e oprimidos por sua própria culpa e preguiça (Jessé, 2022).

Isso vale também para situações como 'diminuir partidos' ou na personificação de um político salvador, como exemplificado na subcategoria 'Bolsonaro Presidente'. Dessa forma, em todas as situações em que isso ocorre, pode-se acompanhar as imagens da política concretizadas em situações que dependem apenas dos sujeitos ou de situações que estão acontecendo ou aconteceram, fazendo com que a política demonstre a representação social a partir daquilo que já é oferecido. Sendo assim, as pessoas não compartilham as mesmas informações e conhecimentos sobre um objeto social; da mesma forma, nem todos adotariam a mesma atitude em relação ao mesmo objeto. A diversidade nos níveis desses dois elementos de conteúdo contribui diretamente para a construção da imagem do objeto na representação social (Jesuino, 2014).

Como afirma Moscovici (1978), as três dimensões das representações sociais - informação, campo de representação ou imagem e atitude - oferecem um retrato abrangente do seu conteúdo e sentido. A análise possibilitou uma aproximação mais aprofundada a essas dimensões.

Assim, é possível considerar que todas as dimensões se influenciam de modo recíproco. Por exemplo, a dimensão campo pode estar associada à transgressão. Isso ocorre porque, por mais que essa dimensão aparece em uma pergunta frente à política no futuro, é preciso voltar às imagens que os participantes têm da política (dimensão informacional) ou de experiências vivenciadas (dimensão atitudinal) para expressar seus conteúdos concretos diante do objeto política, configurando a dimensão campo. Como destaca Howarth (2011), a teoria das representações sociais fornece muitas ferramentas valiosas frente à dialética dos processos psicológicos e práticas sociais.

Diante das representações frente à política, foi possível examinar a legitimação de diferentes sistemas de conhecimento como exemplo a personificação.

O uso de figuras de personificação na pesquisa apresentou dois extremos distintos. Uma caracterização negativa surgiu na representação do "ladrão", enquanto outra, de natureza positiva, manifestou-se através de figuras já estabelecidas no cenário político brasileiro, como Lula e Bolsonaro, considerados como apostas para uma condição melhor na política. Nesse contexto, a personificação, denominada por Moscovici e Hewstone (1983) como corporificação, atua como um subprocesso que conecta o que é abstrato a uma pessoa ou grupo, conferindo maior consistência ao objeto por meio dessa associação. Por exemplo, casos em que figuras públicas ou grupos sociais personificam uma ideia complexa ou um problema multidimensional, substituindo-os e simplificando-os (Vala & Castro, 2013).

As duas personalidades mencionadas por alguns participantes são consideradas figuras proeminentes na política, e, portanto, podem estar vinculadas aos sentimentos de resistência ou à esperança de alcançar sonhos de melhoria. O uso dessas figuras como fonte de inspiração é compreendido como uma estratégia de identificação e reconhecimento de possibilidades para o grupo.

6.3 POSICIONAMENTO POLÍTICO

Antes de qualquer situação importante sobre posicionamento político é necessário considerar que nesta linha de pensamento, é crucial ponderarmos que a maneira pela qual os partidos políticos se comunicam com as pessoas e como essa comunicação é interpretada por eles estabelecerá o tom para suas relações (Queiroz, 2018). Desse modo, o posicionamento político nessa pesquisa foi considerado diante a posição entre direita, esquerda, centro ou sem interesse ou partido.

A importância de apresentar essa informação sobre as pessoas em situação de rua, vai além de saber seu posicionamento, mas sim, dar visibilidade a esses sujeitos, pois quando se objetiva obter dados da população brasileira é possível recorrer com facilidade às informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, quando o assunto é a população de rua a falta de informação precisas é uma realidade, isso porque, a metodologia utilizada pelo IBGE pressupõe a presença de residência, deste modo, a complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo prejudica a implementação de

políticas públicas, e produz a invisibilidade social desse grupo de pessoas (Lordelo, 2020). Apesar de estar bastante evidente para as autoridades policiais e judiciárias (Rezende, 2017).

É necessário apontar que a exclusão social não se expressa apenas pela intensa privação material, mas em bom tom pela desqualificação do indivíduo enquanto cidadão e ser humano, e com certeza pela ausência de seu lugar social. Para tanto, é crucial ter um amplo conhecimento das condições de vida e demandas dessas pessoas, a fim de responder efetivamente às suas necessidades. Dessa maneira, entender os posicionamentos políticos torna-se essencial, identificando uma interseccionalidade mais abrangente desses cidadãos, que vai além das informações apresentadas pelo IBGE (Lordelo, 2020).

Falar em política em situação de rua é tocar no campo do Movimento Nacional de População de Rua, o qual teve o nascimento após a comoção coletiva diante do brutal assassinato de pessoas que dormia na praça da Sé, no centro de São Paulo em 2004. Após essa comoção, pessoas em situação de rua, ex-moradores de rua, alguns sobreviventes do massacre e simpatizantes passaram a reivindicar direitos, dignidade e justiça, e assim nasceu o MNPR se espalhando por diferentes estados do Brasil (Sicari & Zanella, 2019). Em uma pesquisa conduzida por Tiago Lemões em 2019 sobre “Hierarquia, contestação e igualdade A produção da Militância política para a população de rua”, um senhor que já foi morador de rua fez uma declaração em uma reunião do Movimento na qual ele explicou o que, em sua visão, representa o maior desafio nesse processo. Ele destacou que muitas pessoas em situação de rua não estão cientes da dimensão política da questão. A maioria delas busca simplesmente um lugar para comer e dormir.

Reforçando essa perspectiva, outros dois ativistas apontaram que muitas dessas pessoas estão desinteressadas a menos que haja a oferta de comida como incentivo. Em contrapartida, uma apoiadora e educadora social, insatisfeita com as conclusões um tanto pessimistas dos colegas, enfatizou a importância de envolver mais pessoas em situação de rua no movimento. Ela sugeriu a necessidade de visitar os locais de acolhimento, conversar com as pessoas e implementar um programa de formação política (Lemões, 2019). Os dados apontados na pesquisa de Lemões (2019), vem ao encontro com as informações da atual pesquisa, a qual identificou um número muito pequeno de pessoas em situação de rua envolvida com o MNPR,

produzindo e reforçando uma militância com pouca participação das pessoas que de fato vivem nessas condições.

Esse discurso das pessoas em situação rua, diante da procura de condições básicas como comida, faz retomar Marx e Engels (2002), diante da obra “A ideologia alemã”, em um dado momento da obra ele lembra que para poderem fazer história os homens precisam estar aptos a viver [...] para a vida, é necessário, em primeiro lugar, ter acesso a alimentos, bebida, moradia, vestimenta e alguns outros elementos essenciais. Diante desse contexto, as práticas sociais de políticas para esses sujeitos estão ameaçadas diante a extrema degradação da cidadania, quando falta o básico para escrever a própria história - como a Política - e isso ganha legitimidade no campo social.

Para tanto, apesar das poucas pessoas da pesquisa (n=3) que fazem parte do MNPR, é possível notar a intensidade da militância com os princípios do Movimento O “nada sobre nós [...] sem nós”. Esses participantes quando perguntados sobre a participação no Movimento, relataram sobre a participação ativa nos encontros, ou nas ações que participaram, da mesma forma, tinham uma fala bastante politizada. Porém, 15 participantes não participaram ou não ouviram falar sobre o movimento, o que colabora com os dados da pesquisa Brasil (2009) que apontam que 95,5% não são vinculados a nenhum movimento social. De qualquer forma, é importante destacar que os autores Sicari e Zanella (2019) após o estudo apresentado por eles, salientam que o MNPR é um movimento social de natureza complexa, caracterizado por conflitos, tensões, ambiguidades e contradições. Essa característica paradoxal existe primeiramente diante a situação da forma como nasce o movimento, que foi diante a chacina de 2004, ou seja, historicamente está ligado a condição de qualidade de vítima, sofredora de diversos tipos de violência e isso de certa forma, contribui para a estigmatização do movimento em relação aos cenários políticos e públicos que ele se envolve.

Em todo caso, apesar dos dados da atual pesquisa ir ao encontro com as informações do levantamento de Brasil (2009) que apresenta um número alto das pessoas em situação de rua não participando de movimentos sociais e em especial o mais conhecido MNPR, nesta pesquisa, sete participantes se identificam com algum posicionamento político, seis são neutros e apenas 5 não tem interesse/não tem algum posicionamento. Identificando assim os posicionamentos políticos dos participantes, como destaca Jodelet (2017), quando pensamos nas experiências

vividas, é importante considerar os contextos nos quais estas ocorrem. Compreendendo, que apesar da maioria expressiva não participar de algum movimento social e/ou político mesmo assim são sujeitos que a grande maioria tem alguma opinião, representação e/ou posicionamento político elaborada.

Semelhantemente à abordagem dos filósofos da fenomenologia que preconizam a superação da lógica cartesiana de separação entre mente e corpo para promover a compreensão do corpo como um local de conhecimento, a perspectiva das Teorias de Resposta Social (TRS) também desafia a divisão convencional entre sujeito e objeto, realçando a construção colaborativa do conhecimento humano. Assim, as RS em si não são concebidas como processos cognitivos isolados, mas sim como resultados da ação e da interação que ocorrem nos encontros da vida cotidiana, dentro de contextos sociais, históricos e materiais específicos (Martikainen & Sakki, 2023). Identificando que diante da situação existe uma divisão da mesma forma que é encontrada no plano cartesiano, na atual pesquisa. E essa divisão é identificada diante da participação das pessoas em situação de rua com seus posicionamentos políticos, ou seja, se envolvendo ou não no principal movimento político, o MNPR, a grande maioria deles também têm posicionamento político.

6.4 COMPARAÇÃO DO POSICIONAMENTO POLÍTICO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A comparação do posicionamento político com as representações sociais vai além da simples apresentação da associação entre a possibilidade de um psicológico coletivo frente aos posicionamentos, mas sim, busca fazer justiça na rua; é disso que se trata o direito das pessoas em situação de rua: a dignidade. Todos, incluindo os sem-abrigo, prefeririam uma habitação adequada e segura se esta estivesse disponível e fosse acessível. O direito à habitação adequada também é uma condição inseparável para o gozo de muitos outros direitos humanos. Esse grupo populacional, por falta de endereço fixo e documentos de identificação civil, não integra o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e enfrenta dificuldades de acesso aos serviços de saúde e aos programas sociais do governo. O mesmo também pode ser dito sobre muitos direitos civis e políticos, como os direitos à privacidade e à vida familiar. Assim, pode-se destacar que a pobreza não é um crime, é um escândalo (Evangelista & Jones, 2013).

O comportamento político é uma característica associada à participação coletiva e individual, diante das forças que organizam aspectos de poder na sociedade (Wachelke & Hammes, 2009). Desse modo, posicionamento político é uma forma de comportar-se politicamente, pois influencia nas tomadas de decisões. Estudo aponta que quanto maior o nível de escolaridade maior o interesse político, dever cívico e variáveis ligada à participação política (Elkins, 2000). Assim, a partir da premissa educacional, pode-se inferir que os indivíduos em situação de rua envolvidos nesta pesquisa demonstram um interesse significativo em assuntos políticos, uma vez que 11 deles possuem ensino médio completo, 2 possuem ensino superior completo, enquanto apenas 5 têm formação no ensino fundamental completo ou incompleto.

Outro estudo feito no município pessoense de 1996, Camino, Torres e Costa (2005) verificou as representações sociais de política e indicou que as mesmas estavam ligadas a participação dos sujeitos com organizações da sociedade civil, com as crenças sobre a eficácia do voto, a participação, a visão da sociedade e a representação dos partidos simpáticos e opostos, juntamente com a decisão de voto por partido e candidato, foram moldadas por esses fatores. Desse modo, as representações sociais sobre política e seus posicionamentos políticos das pessoas em situação de rua entrevistadas nessa pesquisa tem um discrepância pois não tem uma normatividade, de qual instituição eles representam, de qual lugar eles vêm, e o que levou eles naquelas condições e suas escolhas e representações.

Assim a politização das pessoas em situação de rua pode se dizer que é multifatorial, pois, não tem um único fator que determina o posicionamento político e as representações sociais desses sujeitos. Nesta instância, é possível afirmar que o posicionamento destas pessoas por hora tem associação com a ideologia e por vezes com as representações sociais. Isso é importante destacar porque uma representação social tende a ser mais dinâmica, diferente da ideologia que apresenta uma característica mais fixa (Guareshi, 2000).

Como afirma Jovchelovitch, (1996), no processo de representação, vai ter uma construção diferente dos objetos, que varia de pessoa a pessoa e assim foi para representar política para as pessoas em situação de rua. Deixando claro que cada um nesse processo de representar acrescenta facetas singulares e únicas de cada autor. Algo que é diferente no campo da ideologia, pois é algo que já cristalizou, monolíticas e dificilmente modificáveis (Guareschi, 2000).

No campo da ideologia Pedrinho Guareschi (2000), traça uma linha horizontal explicando que é possível dividir o conceito em duas visões iniciais, ideologia no sentido positivo ou neutro e a outra no sentido negativo ou crítico. Para explicar a primeira pode se dizer que a ideologia é representada como, conjunto de ideias, valores, filosofias de vida, pensando nesse aspecto todas as pessoas possuem ideologia, por que é impossível algum sujeito não ter valores, ideais. Já no sentido negativo ou crítico, a ideologia seria construída pelas ideias enganadoras ou distorcidas, algo que impactaria na compreensão da realidade. Assim, é percebido como algo abstrato ou impraticável quando empregado em contextos de dominação.

Esses modelos de ideologia de Guareschi (2000), é apresentado ao comparar as representações sociais com o posicionamento político dos participantes, se percebe que os participantes que apresentam uma visão positiva da política são também as pessoas que fazem parte da ideologia no sentido positivo. Do mesmo modo, os entrevistados que apresentam uma visão negativa da política estão associados às suas representações sociais com o grupo da ideologia no sentido negativo ou crítico. Pode-se afirmar, que as representações sociais aqui identificadas não são como se poderia verdadeiramente pensar, como reproduções ou cópias de uma determinada realidade, elas são construções simbólicas que têm, contudo, propriedade ontológica em si mesmas (Carvalho & Guareschi, 2009).

Quando se estuda representações sociais a partir do nível fenomenológico o propósito, primordialmente, elucidar e evidenciar um fenômeno que frequentemente passa despercebido, proporcionando uma compreensão mais profunda da realidade (Guareschi, 1996). Além disso, destaca-se a importância crucial de investigar o fenômeno da política, uma vez que esta realidade pode ser fundamental para explicar de maneira abrangente e coerente as razões subjacentes às escolhas das pessoas, seja no ato de compra, voto ou em suas ações cotidianas. Através da linguagem e da comunicação, ambas consideradas produções históricas, ocorre a transmissão de significados, representações e valores presentes em grupos específicos, configurando assim a ideologia inerente a tais coletividades.

7 CONCLUSÃO

Dialogar com a pluralidade do fenômeno político e a diversidade de contextos e sujeitos envolvidos, por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS), emerge como uma via enriquecedora de pesquisa, já explorada em várias regiões do país. Com a intenção de contribuir para este domínio do saber, a presente pesquisa concentrou-se em compreender as representações sociais da política para indivíduos em situação de rua.

Os resultados obtidos atenderam aos objetivos propostos. No que diz respeito às representações sociais de política para esse grupo, destacam-se duas perspectivas: a política entendida como um direito da população e, por outro lado, como um espaço associado a roubo, sendo percebido por alguns como habitado por indivíduos tidos como ladrões. Por meio das experiências de política vivenciadas, tornaram-se evidentes tanto as experiências individuais dos participantes quanto a influência dos movimentos sociais envolvidos.

Para a análise dos dados, foi fundamental compreender o contexto das pessoas em situação de rua no Brasil, explorando seu processo histórico e as complexas questões sociais envolvidas. Nesse contexto, tornou-se imperativo destacar os dados sociodemográficos e o acentuado declínio da dignidade humana quando confrontadas com a falta de cidadania, evidenciando as práticas de opressão, a criminalização da pobreza e o extermínio de pessoas negras no país. Essas práticas se renovam em nome de uma pretensa busca por segurança pública e na chamada guerra contra as drogas.

Assim sendo, mesmo que abrangente e não esgotada em suas múltiplas possibilidades, a análise dos dados coletados nos conduz a revisitar constantemente a essência da questão histórica e social relacionada ao grupo das pessoas em situação de rua. Além disso, a literatura é vasta ao fundamentar o questionamento sobre a responsabilidade do Estado em relação aos direitos dessas pessoas.

Se o Estado, encarregado de assegurar os direitos das pessoas em situação de rua, não proporciona condições mínimas para o pleno desenvolvimento desses sujeitos e não é responsabilizado por esse amplo abandono, culpar apenas o indivíduo em busca de um responsável pela falta de cidadania não é uma prática coerente e sustentável para a construção de uma sociedade justa. Ao atribuir exclusivamente ao

indivíduo a responsabilidade pela ausência de oportunidades de agir diante do futuro, caracteriza-se um comportamento fatalista. (Martin-Baró, 2007).

Nesse contexto, autores como Bicalho (2005) destacam que a democracia vai além do direito ao voto; ela também envolve a convicção de que não existem classes perigosas. Em uma sociedade que almeja ser democrática, não deveriam existir barreiras que criminalizem determinados corpos e estilos de vida. Torna-se essencial assegurar a livre expressão de subjetividades, sendo inquestionável a necessidade de garantir segurança para todos os corpos.

É importante destacar que este trabalho não teve a intenção de abordar exaustivamente todos os debates relevantes relacionados à temática, nem esgotou as possibilidades de discussão dos dados levantados. Portanto, foram selecionados pontos específicos para a discussão, considerados pertinentes na construção de respostas aos objetivos da pesquisa. É relevante ressaltar que esse debate pode ser expandido em novas publicações relacionadas a esta pesquisa e na condução de novas pesquisas sobre o tema. Observa-se que a cada novo recorte de pesquisa sobre as pessoas em situação de rua, a história compartilhada é corroborada, enfatizando a questão social envolvida. Embora ainda permaneça em segundo plano no campo de debate no senso comum, já emerge como protagonista entre os estudos no universo reificado.

É necessário destacar algumas informações que podem gerar alguns limites da pesquisa. Por exemplo, o roteiro de perguntas e o questionário sociodemográfico elaborados pelo pesquisador podem não contemplar todas as questões necessárias. Além disso, o local das entrevistas pode indicar pouca neutralidade, pois pode ser percebido como um espaço político criado pela administração municipal.

Por outro lado, a pesquisa pode contribuir para a elaboração de novas políticas públicas, como a criação de novos espaços de acolhimento e pontos de apoio para essa população. Da mesma forma, pode proporcionar um acolhimento mais humanizado, levando em consideração a necessidade de escutar os interesses individualizados desses sujeitos.

Para concluir todo esse diálogo e para enaltecer a intenção de oferecer voz às pessoas em situação rua, Hanna Arendt 1906-1975 (2007) definiu o espaço público como um território coletivo e compartilhado, acessível a todos; um ambiente onde as pessoas podem manifestar, por meio da ação e da expressão verbal, tanto a pluralidade quanto a unicidade que caracterizam a condição humana. A necessidade

de ação e discurso surge da diversidade entre as pessoas, que, mesmo sendo diferentes, encontram na comunicação a ferramenta essencial para interagir em uma realidade em constante variação. Se todos fossem uniformes, a comunicação seria dispensável, pois não haveria razão para discutir uma realidade monótona. Por outro lado, se não compartilhássemos nada em comum, a própria base da comunicação se perderia, e a ação deixaria de justificar-se. É na experiência da multiplicidade humana e na apreciação da variedade de perspectivas absolutamente singulares que encontramos o verdadeiro significado da esfera pública.

De fato, quando Hanna Arendt (2007) radica a esfera pública na condição humana da pluralidade ela chama a nossa atenção para a necessidade de reconhecer a diversidade e a multiplicidade das lógicas que formam o tecido social e que caracterizam a existência humana. Assim, diante desse contexto, é possível apresentar as representações sociais diante da política e seus desdobramentos para os sujeitos em condição de rua e caracterizar a existência humana a partir dos seus discursos.

REFERÊNCIAS

- Abric, J-C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos & M. C. da S. Loureiro. (Orgs.). Representações sociais e práticas educativas. (pp. 37-57). Goiânia: UCG.
- Arruda, A. M. S. (1987). A psicologia social no nordeste nos anos 80: Levantando dados. *Rev. psicol.* (Fortaleza, Impr.), 73–85. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-91657>.
- Arruda, A.M., (2014). A vida Nas Rruas: Aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande - MS. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
- Andrade, L. P., Costa, S. L. da ., & Marquetti, F. C.. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde E Sociedade*, 23(4), 1248–1261. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400011>.
- Alvarenga, R., & Gulisz, I. C. (2022). As violações de direitos humanos da população em situação de rua na cidade de Curitiba: . *Revista Interdisciplinar De Direitos Humanos*, 10(1), 97–114. <https://doi.org/10.5016/ridh.v10i1.127>.
- Ansara, S.. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Recuperado em 05 de abril de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana/Hannah Arendt*; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bardin, L., (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Becker, H. S., (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Ed. HUCTEC.
- Brasil. (1831). Lei nº 16-12-1830 de 16/12/1830, Código Criminal do Império do Brazil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop Brasília, SUAS e População em Situação de Rua*, Gráfica e Editora Brasil LTDA.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: o autor.

- Brasil (2009). Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: DF. Retirado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução 510 de 07 de abril de 2016.
- Brasil. (2014) Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde da população em situação de rua : um direito humano. – Brasília. 38p.
- Brasil. (2020). Nota Técnica no 5/2020/CGRIS/DEPEDH/SNPG/MMFDH. Orientações gerais sobre atendimento e acolhimento emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia do Covid-19. Brasília: MMFDH.
- Bicalho, P. P. G. (2005). Subjetividade e Abordagem Policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bicalho, P. P. G., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: Invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100007>
- Camino, L.; Torres, A. R. R. & Costa, J. B. da (2005). Identificação partidária, identidade social, voto e cidadania. Em A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*, 1 (pp. 255-272). Goiânia: UCG.
- Carmo, C. M., (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (pp. 201-223), n. 64,0 Brasil.
- Carvalho, J. E. C. (2002). Imaginário e Representações sociais. *Revista de Ciências Humanas (Especial Temática)*, 6, 9-24.
- Carvalho, M. L., & Guareschi, P.. (2009). Economia de comunhão: responsabilidade social, ideologia e representações sociais. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 29(1), 88–101. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100008>.
- Castro, M. R. (2012). Análise argumentativa das representações sociais do trabalho docente: uma reflexão sobre ferramentas de análise de dados. In *Trabalho docente: tensões e perspectivas* (1a ed., pp. 238-248). Maceió: EDUFAL
- Chauí, M., (2019). O que é democracia?. In Lopedote, M. L. G. (Editor), Mayorca, D. S. (Editor), Negreiros, D. (Editor), Gomes, M. A. (Editor), Tancredi, T. (Editor), Breda, T. (Editor), Matsumoto, D. (Estilista), *Corpos que Sofrem: Como Lidar com os Efeitos Psicossociais da Violência?*, 1º edição; 392 pg; Editora Elefante, 2019.

- Coelho Junior, F. A., Faiad, C., Souza, T. M. B., Castro, C. P., Alves, M. L. H. & Alves D. P. (2018). Evidências de validade da escala brasileira de atitudes sociais de estudantes perante a política. *Acta.colomb.psicol.* 2 (2), 156-166.
- Clémence, A., Green, E., & Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In A. M. O. Almeida, M. F. Santos, & Z. A. Trindade. (Org). *Teoria das representações sociais: 50 anos.* Technopolitk.
- Colliot-Thélène, C. (1999). O conceito de política posto à prova pela mundialização. *Revista De Sociologia E Política*, (12), 7–20. <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000100001>.
- Cortizo, R. M. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?* Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.
- Elkins, Z.. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, 6(1), 109–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762000000100005>.
- Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza e pessoas em situação de rua: Uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 15(3), 1–27. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.30064>.
- Esmeraldo Filho, C. E., Ximenes, V. M., Câmara, A. E., Xavier, N. F., Dantas, C. M. B., & Araújo, T. D. de. (2021). Pessoas em situação de rua: Uma revisão sistemática da produção científica no Brasil. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(SPE), 1–22. <https://doi.org/10.36298/gerais202114e16979>.
- Euzébios Filho, A. (2023). *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina/ Antonio Euzébios Filho.* Curitiba : CRV ; São Paulo : IPUSP, 2023. 115 p. (Coleção: Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 3).
- Evangelista, G. F. & Jones, S. (2013). *Mean streets: A report on the criminalisation of homelessness in europe.* ([s.d.]). Recuperado 8 de abril de 2024, de <https://www.feantsa.org/en/report/2013/12/13/mean-streets>.
- Extrema pobreza: o que você não vê, mas que afeta a sua vida”. Blog ChildFund Brasil, 4 de agosto de 2020, <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/extrema-pobreza-no-brasil-como-isso-afeta-sua-vida/>.
- Félix-Silva, A. V., Sales, R. C. M., & Soares, G. P. (2016). Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(1),46-57. ISSN 1678-4669. doi:10.5935/1678-4669.20160006.
- Flick, U. (2004) *As narrativas como dados.* In U. Flick, *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 7-13). Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa.* Bookman.
- Fuks, B. (2014). Segregação constitutiva do outro em tempos de totalitarismo. *Polêmica*, 13(2), 1140-1153. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2014.10612>.

- Giacomozzi, A. I. & Tavares, A.C.A. (2020), Polarização política e relações intergrupais: Um estudo de Representações Sociais. Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/210206>.
- Giacomozzi, A. I., Fiorott, J. G., Bertoldo, R. B., & Contarello, A. (2023). Social representations of political polarization through traditional media: A study of the Brazilian case between 2015 and 2019. *Human Affairs*, 33(1), 67-81.
- Giacomozzi, A. I., Silveira, A., Tavares, A. C. A., & Justo, A. M. (2022). Political polarization and intergroup relations: a study on social representations in Brazil. *Quaderns de Psicologia*, 24(3), 1-26.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). O inquérito: teoria e prática. Oeiras: Celta.
- Gomes, M.A., Lima, A., Guerra, A.S., Corrêa, B., Nascimento, V.N. & Favaretto, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In Lopedote, M. L. G. (Editor), Mayorca, D. S. (Editor), Negreiros, D. (Editor), Gomes, M. A. (Editor), Tancredi, T. (Editor), Breda, T. (Editor), Matsumoto, D. (Estilista), *Corpos que Sofrem: Como Lidar com os Efeitos Psicossociais da Violência?*, 1ª edição; 392 pg; Editora Elefante, 2019.
- Guareschi, P. (1996). Representações sociais: alguns comentários oportunos. In C. M. Nascimento-Schulze (Org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social* (pp. 9-35). Florianópolis: UFSC. (Coletâneas da ANPEPP, 10).
- Guareschi, P. A. (2000). "Representações sociais e ideologia (Social Representations and Ideology)". *Revista de Ciências Humanas*, p. 33–46. [periodicos.ufsc.br, https://doi.org/10.5007/%x](https://doi.org/10.5007/%x).
- Guareschi, P. A., Roso, A., & Amon, D. (2016). A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica "ideologia" na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 28, 552–561. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p552>.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>.
- Howarth, C., Andreouli, E., & Kessi, S. (2014). Social Representations and the Politics of Participation. Em *The Palgrave Handbook Of Global Political Psychology*, (pp. 19-38). Palgrave Macmillan.
- Howarth, C. (2011). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>.
- Hur, D. U., & Lacerda, F.. (2017). Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às Lutas pela Democratização do Presente. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 37(spe), 3–10. <https://doi.org/10.1590/1982-3703190002017>.

- IBGE | Censo 2010. ([s.d.]). Recuperado 5 de abril de 2024, de <https://censo2010.ibge.gov.br/>.
- ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis. MNPR-SC Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina. (2017). Diagnóstico social participativo da população em situação de rua na grande Florianópolis. Recuperado de www.icomfloripa.org.br
- Jesuino, J.C. Um conceito reencontrado. In: Almeida, A.M.O.; Santos, M.F.S.; Trindade, Z.A. (org.). Teoria das Representações Sociais: 50 anos. 2 ed. Brasília: Technopoli-tik, 2014. p. 211-237.
- Jodelet, D. (1984). Représentation Sociale: Phénomènes, Concept et Théorie. In S. Moscovici (Ed.), Psychologie Sociale. Paris, PUF.
- Jodelet, D. (1989). Les representations sociales. Paris: Press Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2005). Representações sociais: histórias e avanços teóricos. Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. Em D.C. Oliveira & P.H.F. Campos (Orgs), Representações sociais, uma teoria sem fronteiras (pp. 11-21). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Jodelet, D. (2011). Ponto de Vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. Temas em Psicologia - Número especial: 50 anos da Teoria das Representações Sociais, 19(1), 19- 26.
- Jodelet, D. (2017). Lugar da experiência vivida nos processos de formação das representações sociais. In Representações sociais e mundos de vida (pp. 473-487). PUCPress - Editora Universitária Champagnat.
- Jodelet, D., Ohana, J., Bessis-Moñino, C., & Dannenmüller, E. (1982). Système de représentation du corps et groupes sociaux (relatório vol. 1) Laboratoire de Psychologie Sociale : E. H. S. S.
- Jovchelovitch, S. Espaços de Mediação: Vida Pública e gênese das Representações Sociais. In: Psico, v. 27, n.1, p.193-205. Porto Alegre, 1996.
- Marx, K. & Engels, F. (2002). A ideologia Alemã. Trad. Castro e Costa, L.C. São Paulo, Martins Fontes.
- Kunz, G. S. (2012). Modos de vida da população em situação de rua: Narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.
- Lara, M. F. A., Araguskú, H. A., & Costa, J. F. A. (2021). Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas. Revista Interdisciplinar De Gestão Social, 9(2). Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/33422>.
- Lima, N. P. de M. (2018). Movimento nacional da população em situação de rua do RN: Formação política [masterThesis, BR]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25092>.

- Lordelo, J. V.; Schiarolli, C.; Martins, Y. L. (2020). População em situação de rua: Políticas públicas e os desafios profissionais para o Assistente Social, *Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque | PET/SSO | UFSC | Florianópolis | Vol. 1 | N.1 ISSN 2763-5007*.
- Mansur, J. A., & Sobral, F. J. B. de A.. (2011). Política na terra do "jeitinho": consequências dos comportamentos políticos em organizações no Brasil. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*, 12(6), 165–191. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000600008>
- Marková, I. (2017). A fabricação da Teoria de Representações Sociais. *Cadernos de pesquisa*, 47(163), 358-375.
- Martikainen, J., & Sakki, I. (2023). Sensory experiences and social representation – Embodied multimodality of common-sense thinking. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 53(4), 488–505. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12380>.
- Marx, K., (2007). *A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo.*
- Mello, T. R. C., Silva, R. A., & Costa, L. A. P. (2019). Políticas Públicas e suas implementações sob a perspectiva de Morin e Moscovici. *Revista Humanidades e Inovação*, 6 (9-2), 200-224.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: (2ª ed). Zahar.
- Moscovici, S., (1981). Sobre representações sociais. Perspectivas sobre a compreensão cotidiana. Em J. Forgas (Ed.), *Cognição Social* (pp. 181-209). Londres, Inglaterra: Academic Press.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas, *Social Cognition*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. Social representations and social explanations: from the “naïve” to the “amateur” scientist. In: Hewstone, M. (Ed.). *Attribution theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1983. p. 98-125.
- Moscovici, S. (1988). *European Journal of Social Psychology*, Vol. 18, 211-250.
- Moscovici, S., & Marková, I. (2000). Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. In S. Moscovici, G. Duveen. (Ed.). *Social representations: explorations in social psychology* (p. 224-286). Polity.
- Moscovici, S. (2003). Sociedade e teoria em Psicologia Social. In *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp. 111-166). Petrópolis, RJ: Vozes
- Moscovici, S. (2012). *A representação social da psicanálise*. Porto Alegre: Ed. Vozes.

- Movimento Nacional da População de Rua, (MNPR) (2010). Cartilha para Formação Política: Conhecer Para Lutar.
- Nascimento, A. (2016). O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva S.A.
- Nonato, D. N., & Raiol, R. W. G. (2016). Invisíveis sociais: A negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, 2(2), 81-101.
- Nunes, N. R. A. & Giovanna C. et al. (2021). População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19 [recurso eletrônico] – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Natalino, M. A. C. & Pinheiro, M. B. (2020). Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. Brasília: Ipea, (Nota Técnica, n. 67).
- Nova, T. D. B. B., & Machado, L. B. (2022). Escola do Campo: Uma análise dimensional das representações sociais de professores. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA*, 14(35), 699–713.
<https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1284>
- Oliveira, G. B., Selusnhaki, A. M., Higa, D. M., Araújo, J., Reis, T. C. M. dos, & Azevêdo, A. V. dos S. (2020). Pessoas em situação de rua: Revisão sistemática. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 58–58.
<https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p58>.
- Oliveira, F.O. & Werba, G.C. 1998. Representações Sociais em Strey, M.N et al. *Psicologia Social Contemporânea*, Petrópolis, RJ: Vozes (pp.104-117).
- Oliveira, M. R., Schlosser, A, & Silva, J. P. (2020). Revisão integrativa: atuação da psicologia na rede de atenção psicossocial. *Revista Psicologia e Saúde*, 12(3), 19-32. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1035>.
- Ortolano, F. (2013). Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 597-605. Recuperado em 13 de junho de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300012&lng=pt&tlng=pt.
- Observatório Brasileiro de Políticas Públicas. ([s.d.]). Recuperado 5 de abril de 2024, de <https://obpoprua.direito.ufmg.br/>
- Prado, M. A. M. (2016). A dissipação política no campo de estudos dos movimentos sociais. In Domenico, U.H. & Lacerda Júnior, F. *Psicologia Política e Movimentos Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- Queiroz, M.M. (2018). A Representação social dos partidos políticos no Brasil e Portugal: a opinião dos internautas sobre os partidos de seus países. *Panorama*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 20-27, ISSN 2237-1087 . DOI 10.18224/pan.v6i2.7018.

- Rocha, Luis Fernando. "Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas". *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 34, março de 2014, p. 46–65. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>.
- Rodrigues, I., Fernandes, D. C., Delgado, L. P. & Valle, B. S. (2020). A gênese social da situação de rua no Brasil. In: *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades*. 23-48. Curitiba: Editora CRV.
- Reis, T. C. M., & Azevêdo, A. V. S. (2019). Vivências de homens em situação de rua no sul do Brasil. *Contextos Clínicos*, 12(3), 976-999. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.123.13>
- Rennó, L.R., (2001). *Confiança interpessoal e comportamento político: micro fundamentos da teoria do capital social na América Latina*, Opin. Publica, vol.7 no.1 Campinas.
- Resende, V. de M., & Ramalho, I. da S. (2017). Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópico*, 15(3), 529–541. Recuperado de <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.11>
- Santos, M.F.S. (2005). A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Universitária da UFAL, p. 13-38.
- Santos, N. A., (2021), *Pessoas em situação de rua e a cidade: cartografando planos, (in)visibilidades e resistências*. (Tese doutorado).
- Sá, C. P. de (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. & Arruda, A. (2000). O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 1(1), 11-31.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F. & Lucio, M. D. P. B., (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F. & Lucio, M. D. P. B., (2013). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Schlösser, A. (2018). *Tatuagem: representações e práticas sociais*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191058>
- Schuck, A. L., Gesser, M., & Beiras, A. (2020). Diálogos entre gênero e as experiências com a população de rua. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 279–294. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Silvestrin, D., (2021). *O vínculo das pessoas em situação de rua com o centro de Florianópolis* (Dissertação mestrado).

- Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. da S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Fiorott, J. G. (2020). Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. *Psicologia Revista*, 29(2), 448–470. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i2p448-470>.
- Silva, M. L. B. da, Bousfield, A. B. da S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Fiorott, J. G. (2020). Atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua, *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 11, n. 2. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p39>.
- Silva, T.D.; Natalino, M.A.C & Pinheiro M.B. (2020). População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) | n. 74 | <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>.
- Silva, T.D.; Natalino, M.A.C & Pinheiro M.B. (2021). Medidas emergenciais para a população em situação de rua: enfrentamento da pandemia e seus efeitos. *Boletim de Análise Político-Institucional* | n. 25 | Fev. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10494>.
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2020). Movimento nacional de população de rua: A complexa luta por direitos. *Psicologia em Revista*, 26(3), 1058–1079. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p1058-1079>.
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 662–679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>.
- Souza, T. P. (2015). No interstício das disciplinaridades: a psicologia política/ organização de Alessandro Soares da Silva, Felipe Corrêa. – 1. ed. – Curitiba : Editora Prismas, 2015. 310 p. ; 21 cm (Coleção Psicologia Política) ISBN: 978-85-5507-057-0.
- Souza, J. (2022). *A Ralé Brasileira: quem é como vive*. 1º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Schuck, A. L., Gesser, M., & Beiras, A. (2020). Diálogos entre gênero e as experiências com a população de rua. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 279-294. Recuperado em 15 de setembro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In: J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia social* (9ª ed. rev.e atua.) (pp. 569-602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 379- 390.
- Wachelke, J. F. R., & Hammes, I. C.. (2009). Representações sociais sobre política segundo posicionamento político na campanha eleitoral de 2006. *Psicologia Em Estudo*, 14(3), 519–528.

Wijk, L. B. V. & Mângia, E. F., (2019). Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa, Ciênc. saúde coletiva vol.24 no.9 Rio de Janeiro.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Você foi convidado a participar dessa pesquisa, que tem como objetivo compreender o que o que pessoas em situação de rua compreendem sobre política. A sua participação vai acontecer através de uma entrevista que iremos fazer agora, ou seja, eu irei fazer algumas perguntas relacionadas à política e deixarei você falar livremente sobre elas, então você pode ficar à vontade para falar tudo o que você pensa, sente e sabe sobre política. Eu também vou pedir em alguns momentos que você relate algumas situações de experiências ou práticas sobre política.

Em qualquer momento durante a entrevista, se você sentir algum desconforto e quiser interromper, é só me sinalizar que a gente interrompe sem problema algum.

Além disso, é importante lembrar que a entrevista será gravada e será utilizada somente para os fins da pesquisa, mas tudo o que você falar vai ser guardado em sigilo, apenas eu e você saberemos, o seu anonimato será garantido.

1. Então eu gostaria de pedir se você pode contar para mim, quem é você e como você veio parar aqui?
2. O que é política para você? Como a política aparece no seu cotidiano?
3. Você tem alguma experiência relacionada à política? Você poderia me contar a situação mais marcante que vivenciou?
4. Você já participou de algum movimento político em situação de rua, como exemplo o MNPR?
5. Você tem alguma imagem que lhe vem à cabeça relacionada à política sobre as pessoas em situação de rua?
6. Qual seu posicionamento político?
7. Você confia nos políticos de hoje em dia? O que você pensa sobre eles de um modo geral?
8. Você tem alguma sugestão para melhorar essa questão da política no futuro?
9. Qual a última vez que você votou? Seus companheiros aqui costumam votar?
10. Tem mais alguma coisa que você considera importante acrescentar sobre tudo isso que conversamos?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Agora eu vou fazer algumas perguntas mais específicas sobre você.

1. Qual a sua idade?
 2. Como você define seu sexo / gênero? Como você define sua raça?
 3. Onde você nasceu?
 4. Você tem alguma religião? Você é praticante da mesma?
 5. Qual seu estado civil?
 6. Possui filhos?
 7. Com quem residia ou o último lugar que morou?
 8. Qual sua escolaridade?
 9. Está trabalhando?
 10. Caso sim, qual o formato de trabalho?
- () Carteira Assinada () Autônomo () outro Qual medida
11. Qual é sua renda mensal?
 12. Você recebe algum benefício socioassistencial? Se sim, qual?

APÊNDICE C – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO E COGNIÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa chamada **“REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA”**, que tem como objetivo compreender as representações sociais sobre política para pessoas em situação de rua. Essa participação faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado do aluno Mateus Rodrigues de Oliveira sob orientação da professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, vinculados ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O desenvolvimento do conhecimento produzido durante a pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento científico e para a elaboração de ações voltadas às políticas públicas, buscando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o seu consentimento, a sua participação ocorrerá por meio de uma entrevista com o pesquisador, que irá fazer perguntas abertas seguindo um roteiro pré-estabelecido a partir do tema de pesquisa, além de um questionário em que o pesquisador irá fazer perguntas mais direcionadas sobre algumas características suas. O tempo estimado de duração da entrevista é de aproximadamente 60 minutos e ela será gravada e anotada, mas toda e qualquer informação que possa o(a) identificar serão mantidos em absoluto **sigilo**. No entanto, diante do risco de ocorrer a quebra do sigilo **involuntário**, que pode ocorrer somente por ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente.

Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal, é possível que ao longo da entrevista você possa sentir-se mobilizado emocionalmente, sob situação de desconforto ao seu bem estar, sentir cansaço ou aborrecimento por responder a entrevista e questionário, desconforto ou constrangimento devido a gravação de áudio durante a entrevista, bem como perceber alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante ou identificar alterações de visão de mundo. Portanto, a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a pedido do participante, visando o seu conforto e bem-estar, e não há a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. O pesquisador é psicólogo, treinado para aplicar a entrevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a entrevista, se você perceber a mobilização de emoções, o pesquisador irá acolher e manejar as emoções, e caso seja necessário, será encerrada a entrevista, e a própria pesquisadora proverá ao participante o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Se for necessário, o participante será encaminhado ao seu profissional de referência no Centro de Referência Especializado em Assistência Social para continuidade do acompanhamento psicológico já recebido no serviço decorrente da mobilização, sem custo algum por se tratar de um serviço de saúde pública que já presta atendimentos aos participantes.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores responsáveis e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Além disso, os resultados poderão ser usados em publicações que divulgaram apenas os dados obtidos como um todo, mantendo o sigilo das especificidades de cada participante, os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

A sua participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação*

em pesquisas - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pela pesquisadora com verba de recurso próprio, conforme item 2º.XXIV da resolução 510/16, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item 9º.VI da resolução 510/16. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicará em qualquer penalidade ou prejuízo, nem mesmo nos seus atendimentos nos espaços de garantia de direitos, como, Unidades de Saúde, CRAS, CREAS entre outros.

Caso você aceite a participação solicitamos a permissão para que possamos utilizar a entrevista e o questionário respondido por você, do qual apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatado. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, uma delas ficando em posse do participante. Orientamos que guarde a sua via, pois através dela você terá acesso à garantia de seus direitos como participante, esclarecendo que você poderá ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS, laboratório ao qual os pesquisadores estão vinculados, no endereço profissional Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco F, UFSC

- R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900, ou no telefone (48) 3721-9067, ou ainda com o pesquisador via e-mail mateusrolive@gmail.com ou com a orientadora via e-mail andrea.giacomozzi@ufsc.br. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto aguarda aprovação do CEPESH/UFSC bem como para atender à resolução 510/2016 e suas complementares.

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Andréia Isabel
Giacomozzi. Pesquisador principal: Mateus Rodrigues de
Oliveira (Mestrando/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP SH: Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, Trindade – Florianópolis. Email: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721-6094

Eu,

....., considero-me informado(a) sobre a pesquisa **“REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA”**, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada em gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Bem como, que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações por terceiros (possíveis participantes da elaboração da pesquisa), ficando vinculado o controle e guarda das mesmas ao *Mateus Rodrigues de Oliveira*, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, pesquisadora responsável pela pesquisa.

Florianópolis, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato ou lugar em que costuma frequentar que entraremos em contato para uma devolutiva.
